

Ana Frazão
Rodrigo R. Monteiro de Castro
Sérgio Campinho

Organização

DIREITO
EMPRESARIAL
E SUAS INTERFACES

VOLUME I

HOMENAGEM A

FÁBIO ULHOA COELHO

André A. Soares de Camargo	Marcelo Guedes Nunes
Anne C. Nascimento da Silva	Marcelo Melo Barreto de Araujo
Antônio B. Menezes Cordeiro	Maria Inês de Oliveira Martins
Caetano de Vasconcellos Neto	Mauricio Moreira Menezes
Camilla do Vale Jimene	Mayara Kayuri Cabral Kato
Claudio Luiz de Miranda	Milton Nassau Ribeiro
Erik F. Oioli	Márcio Bonfiglioli
Ernesto Tzirulnik	Newton De Lucca
Fabiano Menke	Pablo Medina Magallanes
Fernando Passos	Paulo Luiz de Toledo Piza
Helder Lacerda Paulino	Paulo M. R. Brancher
Ivanildo Figueiredo	Renata Mota Maciel
Ivo Waisberg	Renato Buranello
José Carlos Vaz e Dias	Renato Capanema
José Marcelo Martins Proença	Renato José Cury
Julio Adolfo Zucon Trecenti	Renato Opice Blum
Larissa Galimberti	Ricardo Lupion
Leonardo Barém Leite	Silvânio Covas
Leopoldo Pagotto	Uinie Caminha
Luciano Benetti Timm	Walfrido Warde

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, Primavera de 2022
editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

**ANA FRAZÃO, RODRIGO R. MONTEIRO DE CASTRO &
SÉRGIO CAMPINHO**

Direito Empresarial e suas Interfaces Homenagem a Fábio Ulhoa Coelho – Vol. I
São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ISBN 978-65-5575-167-3

1. Direito Comercial. 2. *Compliance*. 3. Seguros. 4. Agronegócio.
5. Direito do Consumidor. 6. Direito e Tecnologia. I. Título.

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Gasperazzo Guimarães Nakamura

Finalização

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Rafael Nicolau / Anderson dos Santos Pinto

1227005

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Apresentação por Ana Frazão.....	23
Apresentação por Rodrigo R. Monteiro de Castro.....	29
Apresentação por Sérgio Campinho.....	31

PARTE I

DIREITO COMERCIAL – PRINCÍPIOS, 33

I. Direito Comercial – Conceito, Autonomia e Princípios, 35

Ivo Waisberg

Uma palavra sobre Fábio Ulhoa Coelho.....	35
I. Introdução.....	37
II. Conceito de direito comercial.....	37
III. Autonomia do direito comercial e a discussão da unificação.....	40
III.1. A celeuma sobre a autonomia do direito comercial.....	40
III.2. Dos reais motivos da discussão sobre a autonomia do direito comercial.....	52
(a) As questões exógenas.....	53
(b) Do problema endógeno.....	56
IV. Princípios do direito comercial – breves notas.....	57
(a) Direito ao empreendedorismo.....	58
(b) Segmentação do risco empresarial.....	58
(c) Boa-fé objetiva empresarial.....	59
(d) Tutela do crédito e do investimento – propriedade industrial.....	59
(e) Preservação da empresa.....	59
Referências.....	60

II. A modernização do registro empresarial à luz das alterações promovidas pela Lei de Liberdade Econômica e pela Lei nº 14.195/2021, 63

Anne Caroline Nascimento da Silva

1. Introdução.....	63
2. A ressignificação do Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis.....	65

3. A desburocratização como pedra angular para avanços no Registro Empresarial	69
4. Principais alterações promovidas pela Lei de Liberdade Econômica	74
4.1. Do Registro Automático.....	75
4.2. Da dispensa do licenciamento.....	77
5. Mudanças introduzidas pela Lei nº 14.195/2021	81
5.1. Eliminação da pesquisa prévia de viabilidade locacional	82
5.2. Eliminação e simplificação da pesquisa prévia de nome empresarial.....	85
5.3. Unificação das inscrições tributárias	88
5.4. Emissão automática de licenças e alvarás para atividades de médio risco	89
5.5. Revogação tácita da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada	93
5.6. Da revogação do cancelamento por inatividade	98
6. Reflexão final	99
Referências bibliográficas	101

III. Os Princípios do Código Comercial Refletidos na Lei de Liberdade Econômica, no Marco Legal das *Startups* e na Lei do Ambiente de Negócio Brasileiro, 103

Fernando Passos

1. A influência de Fábio Ulhoa Coelho no Direito empresarial atual	103
2. A herança da linguagem ulhoaneana: aspectos introdutórios à temática ...	104
3. Como Fábio Ulhoa Coelho nos mostrou a necessidade de um novo código comercial e quais deveriam ser suas principais inovações	108
4. Influência do projeto do código comercial na lei de liberdade econômica	119
5. Influência do projeto do código comercial no marco legal das <i>startups</i>	125
6. Influência do projeto do Código Comercial na melhoria do ambiente de negócio brasileiro	129
7. Considerações finais.....	131
Referências	134

IV. Dos Princípios do Direito Mercantil à Teoria da Empresa: 220 Anos de Doutrina do Direito Comercial Brasileiro, 137

Ivanildo Figueiredo

1. O liberalismo de Adam Smith na obra de Cairu	137
2. O Código Comercial da França de 1807 e a formação do direito comercial moderno.....	144
3. O Código Comercial de 1850: fontes e fundamentos.....	151
4. Fases da doutrina do direito comercial brasileiro no sistema do Código de 1850: clássica, moderna e contemporânea	156
4.1. J. X. Carvalho de Mendonça	157
4.2. Waldemar Martins Ferreira.....	158
4.3. Fran Martins.....	159
4.4. Rubens Requião	160
4.5. Oscar Barreto Filho	160
4.6. Waldírio Bulgarelli.....	161
4.7. Modesto Carvalhosa	161
4.8. Fábio Konder Comparato.....	162
4.9. Calixto Salomão Filho	163
4.10. Paula Andrea Forgioni	163
5. Fábio Ulhoa Coelho: a lógica, a nova retórica e a dialética na teoria e na prática do direito comercial.....	164
6. A transposição deformada da teoria da empresa do Código italiano de 1942 para o Código Civil brasileiro de 2002.....	175
7. O projeto de Código Comercial e a reunião dos comercialistas: afirmação da dignidade e da autonomia do direito comercial brasileiro...179	
8. Neopositivismo econômico e contradições do liberalismo radical.....	184

V. Do Direito Administrativo ao Direito Comercial: O Uso de Instrumentos de Mercado na Gestão da Riqueza Pública no Brasil, 193

Unie Caminha

Introdução	193
1. Ativos públicos: propriedade x gestão	194
2. Aspectos conceituais das estruturas de gestão de ativos soberanos	196
3. Experiências existentes.....	201
4. A experiência do Estado do Ceará.....	207
Conclusão.....	210
Referências	212

PARTE II

COMPLIANCE, 215

I. ESG: *Social Bonds* como Potencial Mecanismo de Alavancagem, 217

Erik F. Oioli

Mayara Kayuri Cabral Kato

1. Introdução	217
2. O indicador ESG: histórico e popularidade.....	219
2.1. Desafios na adequação do ESG à realidade brasileira	223
3. Considerações a respeito dos <i>social bonds</i>	224
3.1. Conceito e regime jurídico.....	227
3.2. Emissões e diferentes estruturas.....	232
4. Considerações finais.....	236
5. Referências.....	237

II. Pactos Setoriais como Instrumento de Prevenção da Corrupção – O Direito Comercial tem muito a auxiliar..., 241

José Marcelo Martins Proença

Introdução	241
1. Corrupção: o fenômeno e os métodos de combate e prevenção	243
1.1. Corrupção: Da cotidianidade ao conceito	243
1.2. As causas da corrupção	247
1.3. Consequências da corrupção	248
1.4. Medidas de prevenção e de combate ao fenômeno da corrupção	253
2. Pactos setoriais: origem, evolução e possíveis aplicabilidades	260
2.1. Origem do Pacto Setorial e a justificativa de sua existência como tratamento <i>ex ante</i> da corrupção	260
2.2. Pacto setorial como resultado evolutivo dos programas de <i>compliance</i>	263
3. Pactos Setoriais na ótica da Autorregulação Voluntária	268
3.1. Conceito de Autorregulação	268
3.2. Autorregulação Voluntária	269
3.3. Autorregulação Voluntária no Mercado de Capitais	272
3.4. O selo ANBIMA.....	275

3.5 Autorregulação e Pactos Setoriais.....	276
4. A governança corporativa nos pactos setoriais	277
4.1. Introdução	277
4.1.1. Fontes dos Modelos de Governança	278
4.1.2. Principais funções que devem ser garantidas pela estrutura de governança	279
4.2. Modelo de Governança	279
4.2.1. Estruturas Padrão de Governança.....	279
I. Plenário	279
II. Deliberativo	280
III. Executivo.....	281
IV. Comitês Temáticos	282
4.2.2. As estruturas <i>built to fit</i>	283
4.3. A Governança e o Papel dos Pactos.....	283
4.3.1. Como as estruturas dão efetividade aos objetivos dos pactos setoriais	283
I. Definição de Alçadas.....	283
II. Proteção de Influências de Poder.....	284
III. Qualidade e Previsibilidade Decisória	284
4.3.2. Como as estruturas mitigam problemas comumente relacionados aos pactos setoriais	285
5. Mas, afinal, por qual razão o direito comercial tem muito a auxiliar?	286
Conclusão.....	289
Referências bibliográficas	293

**III. E-ESG: A Evolução da Governança
Corporativa, nas Empresas, e na Sociedade
em Geral: O Impacto e a evolução da Boa Governança, das
questões sociais e ambientais nas empresas, e o envolvimento da
Advocacia Corporativa nessa nova mentalidade de negócios, 299**

Leonardo Barém Leite

I. Introdução e Justificativa	299
II. Histórico e Evolução	311
III. Governança Corporativa “Tradicional” e o “Compliance”.....	314
IV. O que mudou nos últimos anos	316
V. A Percepção do ESG e do E-ESG.....	321

VI. Momento Atual.....	323
VII. “Do’s and Dont’s” Recentes	325
VIII. O Futuro que já se vê chegar	330
IX. O Papel da Advocacia Corporativa.....	332
X. Conclusão	335

IV. A Defesa de Compliance: Implicações nas Esferas Administrativa e Criminal, 337

Leopoldo Pagotto

Helder Lacerda Paulino

Introdução	337
1. Histórico da defesa de compliance.....	338
2. Experiência internacional.....	332
3. Requisitos de um programa de compliance no Brasil.....	347
3.1. Comprometimento e apoio da alta direção	348
3.2. Setor responsável pelo programa de compliance	350
3.3. Análise de perfil e riscos.....	351
3.4. Estruturação das regras e instrumentos.....	352
3.5. Estratégias de monitoramento contínuo	353
4. A defesa de compliance no sistema jurídico brasileiro	355
4.1. Defesa de compliance no âmbito da defesa da concorrência	360
4.2. Defesa de compliance na Lei Anticorrupção	362
4.3. Defesa de compliance na Lei de Proteção de Dados.....	363
4.4. Defesa de compliance na Lei de Licitações e Contratos Administrativos	364
4.5. Defesa de compliance na Lei de Crimes Ambientais.....	365
5. Manifestações práticas da defesa de compliance	366
Conclusão	369
Bibliografia	370

V. O Princípio da Anticorrupção da Empresa no Direito Brasileiro, 375

Mauricio Moreira Menezes

Introdução	375
1. Anticorrupção e estrutura jurídica da empresa.....	377
2. Responsabilidade anticorrupção da organização empresária	379

3. O princípio da anticorrupção	384
3.1. Bases constitucionais do princípio da anticorrupção	384
4. O princípio da anticorrupção da empresa	392
4.1. O princípio da anticorrupção na formação da organização empresária.....	395
4.2. O princípio da anticorrupção e o exercício funcional da empresa	396
4.3. O princípio da anticorrupção na cessação da empresa	409
Conclusões	411

VI. Ética Empresarial e *Compliance*: Entre o Iluminismo e a Era do Terror, 415

Milton Nassau Ribeiro

1. Introdução	415
2. Iluminismo e ética empresarial	415
3. A “era do terror” e compliance	419
4. Cultura de ética empresarial.....	424
5. Sistema de compliance e seus passos.....	426
Passo 1. Acesso aos Riscos.....	427
Passo 2. Comprometimento com a Cultura Ética	427
Passo 3. Supervisão e Recursos	428
Passo 4. Código de Conduta Ética, Políticas e Procedimentos.....	428
Passo 5. Atividades de Due Diligence	429
Passo 6. Controles Internos e Monitoramentos Efetivos.....	429
Passo 7. Comunicação e Programas de Treinamentos Contínuos.....	429
Passo 8. Canal de Denúncias e Mecanismos de Investigação e Disciplinares	429
6. Conclusão	430
Referências	430

VII. Como Avaliar a Efetividade dos Programas de *Compliance* Anticorrupção?, 431

Renato Capanema

A Lei Anticorrupção e os incentivos ao compliance.....	431
Efetividade dos programas com base na legislação vigente.....	437
Efetividade com base nos números de aplicação dos mecanismos e procedimentos	440
Referências bibliográficas	446

VIII. A Empres(Esg) e seus Atributos, 449

Ricardo Lupion

Introdução ao tema.....	449
1. Um exemplo do “e” de “environmental”.....	450
2. Um exemplo do “s” e “g”, de “social and governance”.....	459
Notas conclusivas.....	466

PARTE III

SEGUROS E AGRONEGÓCIO, 469

I. Seguros e Associações Protetivas: Uma Reflexão, 471

Caetano de Vasconcellos Neto

Walfrido Warde

1. Do Contrato de Seguro	472
2. Associações Civis.....	475
3. Estrutura das Associações Protetivas e Ausência de Atividade Securitária.....	477

II. O Caso “Burguer King” e a Importância da Definição do Lastro para a Emissão de Títulos de Crédito do Agronegócio no Brasil, 489

Claudio Luiz de Miranda

I. Introdução	489
II. O Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA.....	491
II.1. A securitização de créditos.....	493
II.2. O lastro do CRA	496
III. O caso Burguer King e os impactos da delimitação do lastro para a emissão de títulos de crédito do agronegócio	503
IV. Conclusão	510
V. Bibliografia.....	512

III. A Regulação e a Liquidação do Sinistro, 513

Ernesto Tzirulnik

IV. Seguro Garantia: A Especificidade de um Seguro entre os Contratos de Garantia, 535

Maria Inês de Oliveira Martins

a. Enquadramento geral.....	535
b. A relação entre o segurador e o tomador-devedor: a colocação definitiva do risco a cargo do devedor e a máxima importância da escolha da contraparte. A centralidade da avaliação do risco e a especificidade introduzida por se tratar de negócio segurador.....	543
c. A relação entre o segurador e o credor: dever de assegurar o cumprimento e blindagem do credor face a riscos de incumprimento.....	552
d. Cobertura duradoura e deveres continuados	555
e. O contrato de seguro garantia é um seguro	557
f. Considerações finais	559

V. El Costo del Seguro con Especial Énfasis en el de Gastos Médicos en México, 561

Pablo Medina Magallanes

VI. A cláusula *Sue e Labour* no direito do seguro brasileiro, 583

Paulo Luiz de Toledo Piza

1. Introdução	583
2. A disciplina unitária dos contratos de seguro.....	589
3. O regime das despesas de contenção de sinistro e salvamento no Código Comercial	591
4. O regime das despesas de contenção de sinistro e salvamento no Código Civil.....	595
5. Interpretação da cláusula <i>Sue and Labour</i>	605

VII. Direito do Agronegócio: Evolução da Atividade, Sistemas Agroindustriais e Subsistemas do Direito Comercial, 613

Renato Buranello

I. O desenvolvimento do agronegócio no Brasil	614
II. Regime jurídico dos sistemas agroindustriais	619
III. Rede agronegocial, integração e proteção das cadeias agroindustriais	625
Referências bibliográficas	635

PARTE IV
DIREITO DO CONSUMIDOR, 637

**I. O Conceito de Influência Indevida
enquanto Prática Comercial Agressiva
no Direito do Consumo Português, 639**

António Barreto Menezes Cordeiro

1. Definição e enquadramento	639
2. Evolução histórica e trabalhos preparatórios.....	641
3. Interpretação e elementos	642
4. Posição de poder	644
5. Pressão	647
6. Limitar significativamente	651
7. Concretização e situações típicas	651

**II. Processo Administrativo
Sancionador: Uma Proposta de Leitura
para o Direito do Consumidor, 655**

Luciano Benetti Timm

Introito	655
I. Breve Síntese do Parecer e suas premissas	655
II. Entendimento dogmático e jurisprudencial sobre processo administrativo sancionador: Relação de direito administrativo.....	656
III.A. Ampla defesa e devido processo administrativo.....	658
III.B. Proporcionalidade e razoabilidade	664
IV. Levando as consequências a sério: pragmatismo administrativista....	666
IV.A. LINDB	666

**III. A Informação como Elemento
Essencial nas Relações de Consumo, 675**

Renato José Cury

I. Evolução da proteção do consumidor.....	675
II. Da informação no Código de Defesa do Consumidor.....	683
III. Conclusão.....	697

PARTE V
DIREITO E TECNOLOGIA, 699

**I. Graduação em Direito EaD:
Benefícios e Desafios, 701**

André Antunes Soares de Camargo

**II. Considerações sobre as Assinaturas
Eletrônicas no Âmbito da Lei nº 14.063/2020
e do Decreto nº 10.543/2020, 713**

Fabiano Menke

Introdução	713
I. Âmbito de aplicação e conceituações.....	714
II. Nova classificação das assinaturas eletrônicas	718
II.a. Assinatura eletrônica simples	720
II.b. Assinatura eletrônica avançada.....	721
II.c. Assinatura eletrônica qualificada	726
Considerações finais	727

**III. O Acesso às Tecnologias Essenciais Patenteadas por Meio
do Contrato de Licença FRAND: Peculiaridades Jurídicas e
Limitações Proprietárias, 731**

José Carlos Vaz e Dias

I. Introdução	731
II. Estruturas Organizacionais para Cooperação e Disponibilidade de Conhecimentos Tecnológicos	734
III. As SSOs na definição das patentes essenciais e propagação dos conhecimentos técnicos padronizados	745
IV. O licenciamento FRAND: conceito, fundamento e disponibilização dos padrões técnicos de mercado.....	751
V. O licenciamento FRAND e as limitações proprietárias inerentes aos contratos associativos.....	765
VI. Conclusão.....	773
Referências bibliográficas	776

IV. Avaliação do Impacto do Marco Civil da Internet nas Ações de Remoção de Conteúdo, 781

*Marcelo Guedes Nunes
Julio Adolfo Zucon Trecenti*

Introdução	781
Estrutura da análise	784
Situação da jurisprudência antes do marco civil: aumento no volume de demandas e insegurança jurídica	785
Solução do marco civil para as ações de remoção de conteúdo gerado por terceiros	791
Análise de impacto do marco civil	794
Redução do volume processual	795
Redução no tempo de duração.....	802
Redução da taxa de recorribilidade	804
Aumento dos pedidos de remoção formulados com especificação do conteúdo a ser removido	807
Alteração do perfil dos pedidos de indenização	809
Conclusão	813
Referências bibliográficas	817

V. Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia. Breve Compilação, 819

Marcelo Melo Barreto de Araujo

1. Informações gerais	819
2. Dados pessoais. Tratamento e princípios.....	820
3. Tratamento de dados pessoais. Requisitos.....	821
4. Direitos dos titulares de dados	823
5. Responsável pelo tratamento de dados (controller), subcontratante (processor) e encarregado da proteção de dados (Data processor officer-DPO)	827
6. Tratamento de dados pessoais de crianças.....	830
7. O que é <i>privacy by design</i> e <i>privacy by default</i>	832
8. Avaliação e impacto sobre a proteção de dados.....	835
9. Transferência internacional de dados	838
10. Autoridades de Controle Suas atribuições	841

VI. Assinaturas Digitais e Eletrônicas: Evolução e Principais Questões Jurídicas Decorrentes da sua Utilização, 845

Larissa Galimberti

Márcio Bonfiglioli

1. Introdução	845
2. Assinatura: definição e tipos (assinatura autógrafa e assinatura eletrônica)	849
2.1. Assinatura: definições e classificação	849
2.1.1. Assinatura autógrafa	850
2.1.2. Assinatura eletrônica.....	851
2.1.2.1. Assinatura digital	852
2.1.2.2. Assinatura eletrônica (<i>stricto sensu</i>).....	860
3. Assinatura eletrônica e evolução legislativa no período de COVID-19 e com os incentivos de desburocratização	862
3.1. Legislação Geral	862
3.2. Legislação Setorial.....	873
3.2.1. Assinatura Digital e o Poder Judiciário.....	873
3.2.2. Assinatura Eletrônica e Regulação de Entidades Públicas.....	873
3.2.2.1. Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e Banco Central do Brasil (“Bacen”)	873
3.2.2.2. Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).....	878
3.2.2.3. Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”) e Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”)	880
3.2.2.4. Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”).....	880
4. Questões Jurídicas.....	882
4.1. Autonomia privada para a formação de documentos eletrônicos e sua validade jurídica	882
4.1.1. Autonomia privada para a formação dos documentos eletrônicos.....	882
4.1.2. Validade jurídica dos negócios jurídicos eletrônicos.....	886
4.2. Do valor probatório dos documentos assinados eletronicamente.....	891
4.3. Os documentos assinados eletronicamente como título executivo extrajudicial.....	894
4.3.1 Contrato assinado por duas testemunhas de forma eletrônica	898
4.3.2. Uso de diferentes plataformas de assinatura pelas partes contratantes.....	904
5. Jurisprudência	905

6. Conclusão	910
7. Bibliografia	912

VII. Os Algoritmos e o Futuro da Atividade Empresarial: Uma Breve Reflexão, 915

Newton De Lucca

Renata Mota Maciel

1. Considerações Introdutórias: A Importância do Homenageado para o Direito Comercial e a Escolha do Tema	915
2. Os algoritmos e suas consequências na atividade empresarial.....	922
3. Algoritmos e a proteção marcária: um exemplo das implicações dos algoritmos na atividade empresarial	927
4. Considerações finais.....	941
5. Referências.....	941

VIII. Direito Empresarial em tempos de Inteligência Artificial, 943

Paulo M. R. Brancher

1. Introdução	943
2. Inteligência artificial como agente de mudança do direito de empresa.....	943
3. Conclusão.....	951

IX. Direito Digital: Passado, Presente e Futuro, 953

Renato Opice Blum

Camilla do Vale Jimene

1. Da consolidação da disciplina do direito digital.....	953
2. O passado	955
2.1. Adoção da Medida Provisória sobre Certificado Digital	956
2.2. Promulgação do Marco Civil da Internet.....	958
2.3. Alterações no Código Penal para tipificar Crimes Digitais.....	962
3. O presente.....	966
3.1. A plena vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	967
3.2. A promulgação do Marco Legal das Startups	970
3.3. As reais aplicações do Blockchain	973
4. O futuro.....	975
4.1. A regulação da Inteligência Artificial.....	976

4.2. A popularização do Metaverso.....	978
4.3. O uso massivo dos NFTs.....	980
5. Conclusões.....	982

X. A Proteção Jurídica dos Dados Pessoais e a LGPD, 983

Silvânio Covas

A Sociedade da Informação.....	984
Revolução informacional, Big Data e Inteligência Artificial.....	986
A Economia da Informação: Riqueza, Trabalho e Tecnologia.....	989
Proteção constitucional da pessoa humana e suas informações pessoais.....	991
Vida pública e vida privada na Constituição Federal Brasileira	993
A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.....	1000
O interesse legítimo do controlador e a necessidade de autorização para o tratamento de dados pessoais	1006
Os birôs de crédito e a jurisprudência sobre proteção de dados pessoais....	1018
A recente jurisprudência sob a vigência da LGPD	1023
Conclusão	1029

Ana Frazão
Rodrigo R. Monteiro de Castro
Sérgio Campinho

Organização

DIREITO
EMPRESARIAL
E SUAS INTERFACES
VOLUME II

HOMENAGEM A
FÁBIO ULHOA COELHO

Alessandra Tridente	Kone Prieto Furtunato Cesário
Alfredo de Assis Gonçalves Neto	Lucas C. Gorgulho M. Barros
Andreia Cristina Bezerra Casquet	Luciana Dias
André Santa Cruz	Luís André Azevedo
Bruno Robert	Luis Felipe Spinelli
Caitlin Mulholland	Marcelo Vieira von Adamek
Carlos Martins Neto	Marcus Vinicius Alcântara Kalil
Edison Carlos Fernandes	Maria de Fátima Ribeiro
Eduardo Franklin	Mariana Pargendler
Eduardo Salomão Neto	Mariana Pinto
Eduardo Secchi Munhoz	Marlon Tomazette
Eduardo Siqueira Néri	Miguel Pestana de Vasconcelos
Fernando Campos Scaff	Mirelle Bittencourt Lotufo
Gerson Luiz Carlos Branco	Nelson Eizirik
Gladston Mamede	Oksandro Gonçalves
Henrique Barbosa	Otávio Vieira Barbi
Henrique Cazerta	Pablo Renteria
Jacques Labrunie	Pedro A. L. Ramunno
João Paulo Saueia Godoy	Ricardo Villas Bôas Cueva
João Pedro Scalzilli	Rodrigo Tellechea
José Alexandre Tavares Guerreiro	Suzy Elizabeth Cavalcante Koury
José Edwaldo Tavares Borba	William Akerman

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, Primavera de 2022
editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

**ANA FRAZÃO, RODRIGO R. MONTEIRO DE CASTRO &
SÉRGIO CAMPINHO**

Direito Empresarial e suas Interfaces – Homenagem a Fábio Ulhoa Coelho – Vol. II

São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ISBN 978-65-5575-168-0

1. Direito Societário. 2. Sociedade Anônima. 3. Sociedade Limitada.
4. Propriedade Industrial. I. Título.

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Gasperazzo Guimarães Nakamura

Finalização

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Rafael Nicolau / Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Apresentação por Ana Frazão.....	21
Apresentação por Rodrigo R. Monteiro de Castro	27
Apresentação por Sérgio Campinho.....	29

PARTE VI PROPRIEDADE INDUSTRIAL, 31

I. Limites à Proteção das Patentes de Invenção, 33

Jacques Labrunie

Henrique Cazerta

Eduardo Franklin

I. Introdução.....	33
II. Patentes e os direitos de seus titulares	34
III. Os limites da proteção patentária	38
IV. Conclusão	47

II. O Trade Dress é Sim uma Marca Registrável, 49

Kone Prieto Furtunato Cesário

Introdução.....	49
1. Marcas.....	51
2. Trade dress.....	53
Conclusão.....	62
Referências bibliográficas	64

III. Análise Econômica e Comparada do Art. 40, Parágrafo Único, da Lei de Propriedade Industrial, 65

Mariana Pargendler

Consulta	66
Parecer	67
Parte I. Análise econômica da propriedade intelectual e do art. 40, parágrafo único, da LPI	70
Parte II. A proteção à propriedade intelectual em países em desenvolvimento sob perspectiva econômica	78

A. Patentes e inovação em países em desenvolvimento	79
B. Patentes e direito à saúde em países em desenvolvimento	82
C. Proteção patentária excessiva e transferência de riqueza: o aumento da desigualdade global	84
Parte III. Direito Comparado	86
A. Proteção de patentes em perspectiva comparada.....	88
B. Direito Constitucional Comparado.....	92
Parte IV. A declaração de inconstitucionalidade de lei à luz da Análise Econômica do Direito	99
Parte V. Resposta sintética aos quesitos	101

PARTE VII

DIREITO SOCIETÁRIO, 107

I. Assembleia Geral nas Sociedades Anônimas: Todo Poder Emana do Acionista e em Nome dele Será Exercido?, 109

Alessandra Tridente

1. Órgãos da Sociedade Anônima.....	109
2. Supremacia da Assembleia Geral.....	112
3. Declínio da Assembleia Geral?.....	114
4. Poder de Controle emana dos acionistas reunidos em Assembleia Geral?.....	115
5. O interesse da companhia em nome dos acionistas será exercido?	121
6. Assembleia Geral nas leis acionárias brasileiras: comparação entre os dispositivos do Decreto-lei 2.627/1940 e da Lei 6.404/1976, alterada pela lei 10.303/2001.....	126
7. Todo poder emana do acionista e em nome dele será exercido?	132
Bibliografia	133

II. Ponderações sobre a Apuração de Haveres nas Sociedades de Advogados, 135

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Considerações iniciais.....	135
Natureza sempre de sociedade simples	136
Normas aplicáveis.....	137
A polêmica quanto ao fundo de comércio	141

Dificuldades a considerar.....	154
Os intangíveis.....	159
Cláusulas limitativas e arbitragem	160
Mediação e arbitragem	162

III. Desconsideração da Personalidade Jurídica: Contornos Atuais nos Sistemas Jurídicos Brasileiro e Português, 163

André Santa Cruz

William Akerman

Introdução.....	163
Capítulo 1. Teorias da desconsideração: gênese e categorização	165
1.1. Formulação da teoria da superação	165
1.2. Responsabilidade patrimonial secundária	167
1.3. Espécies de desconsideração	169
Capítulo 2. Disciplina da desconsideração da personalidade jurídica no Brasil e em Portugal.....	172
2.1. Bases normativas.....	172
2.2. Teorias maior e menor no Brasil	173
2.3. Abuso de direito em Portugal	176
2.4. Depuração da noção de desconsideração.....	177
Capítulo 3. Levantamento do véu da pessoa coletiva pelos tribunais superiores do Brasil e de Portugal no cenário atual.....	180
3.1. Aplicação da teoria da superação pelo Superior Tribunal de Justiça brasileiro	180
3.2. Aplicação da teoria da desconsideração pelo Supremo Tribunal de Justiça português	183
Conclusão.....	187
Referências	190

IV. Reflexões sobre o Voto Plural, 195

Andreia Cristina Bezerra Casquet

I. Reflexões sobre o voto plural	195
II. Limitações ao poder do controlador: soluções do mercado asiático ...	199
III. A questão no Brasil	204

V. Direito de Preferência em Transferências de Participações Societárias sem Preço Explícito, 209

Bruno Robert

Lucas C. Gorgulho M. Barros

1. O Direito de Preferência nas Transferências de Participações Societárias.....	209
2. Aplicabilidade do Direito de Preferência nas Transferências de Participações Societárias sem Preço Explícito.....	213
3. Parâmetros Aplicáveis ao Direito de Preferência nas Transferências de Participações Societárias sem Preço Explícito.....	221
4. Conclusão.....	226
Bibliografia.....	228

VI. As Cláusulas de Declarações e Garantias e a Aplicação do Princípio da Boa-Fé Objetiva nos Contratos Societários, 231

Caitlin Mulholland

1. Introdução	231
2. Natureza e funções cumpridas pela cláusula de declarações e garantias....	234
3. Contratos societários e o dever de informar: <i>due diligence</i> , alocação de riscos e princípio da boa-fé objetiva.....	237
4. As declarações e os limites ao dever de informar	242
5. Considerações finais.....	249
6. Referências bibliográficas.....	250

VII. A Atuação do Conselho de Administração de Companhia Aberta em Casos de Ofertas Não Solicitadas, 253

Carlos Martins Neto

1. Introdução.....	253
2. Breve resumo de recentes “ofertas não solicitadas”	254
a. Oferta formulada pela Eneva S.A. à AES Tietê Energia S.A.....	254
b. Oferta formulada pela Totvs S.A. pela Linx S.A.	257
c. Oferta formulada pelo Arezzo Indústrias S.A. à Cia. Hering.....	260
3. Conselho de administração: deveres e atribuições.....	262

4. Operações de reorganização societária utilizadas para implementação de combinação de negócios	267
5. Parâmetros de atuação do Conselho de Administração em casos de ofertas não solicitadas para combinação de negócios	271
6. Conclusões	274
Bibliografia	275

VIII. Incorporação de Pessoa Jurídica com Patrimônio Líquido Negativo, 277

Edison Carlos Fernandes

Homenagem ao professor Fabio Ulhoa Coelho.....	277
Introdução	277
1. Avaliação do patrimônio da pessoa jurídica para efeito de incorporação	278
2. Incorporação de pessoa jurídica adquirida com patrimônio líquido <i>contábil</i> negativo, mas que apresenta patrimônio líquido positivo depois do procedimento de reconhecimento determinado pelo CPC 15.....	280
3. Incorporação de pessoa jurídica adquirida com patrimônio líquido negativo, mesmo depois do procedimento ditado pelo CPC 15	282
Conclusões	286

IX. Dever de Informar nos Contratos de Alienação de Participação Societária. Declarações e Garantias. Demanda “*quanti minoris*”, 289

Eduardo Secchi Munhoz

I. Introdução.....	289
II. Dever de Informação e Ônus de se Informar nos Contratos de Compra e Venda de Participação Societária	290
III. Ônus de se informar, <i>due diligence</i> e declarações e garantias	296
IV. Declarações e garantias nos contratos de compra e venda de participações societárias: finalidade, extensão e efeitos	298
IV.A. Declarações e garantias de <i>full disclosure</i>	299
V. Violação das declarações e garantias e efeitos sobre a formação do preço: a demanda “ <i>quanti minoris</i> ”	301
VI. Observações finais	307

X. *Poison Pills* – Devemos Temer o Castigo de Zeus?, 311

Eduardó Salomão Neto

Um Pouco de História.....	311
As <i>Poison Pills</i> e Sua Tipologia.....	316
<i>Poison Pills</i> Normativas.....	317
<i>Poison Pills</i> Indiretas.....	322
<i>Poison Pills</i> Diretas.....	330
Objecções Gerais.....	335
Pílulas e Deveres Fiduciários de Controladores e Administradores.....	339
Conclusão.....	349

XI. A Natureza Jurídica do Acordo de Acionistas e do Acordo de Confidencialidade, 353

Fernando Campos Scaff

I. Os Direitos Obrigacionais e os Contratos Empresariais.....	353
II. Os Acordos de Confidencialidade.....	356
III. A Oferta de Ações a Terceiros e o Direito de Preferência.....	358
IV. Os Defeitos do Negócio Jurídico e o Negócio Jurídico Indireto.....	360
V. As Conclusões.....	363

XII. Primeiras Linhas sobre o Leilão de Quotas de Sociedade Limitada no Direito Brasileiro, 367

Gerson Luiz Carlos Branco

Eduardo Siqueira Néri

Introdução.....	367
1. Condições materiais e procedimentais para o leilão de quotas.....	370
1.1. Condições para penhora e expropriação de quotas decorrentes da necessidade de tutelar direitos e interesses de terceiros.....	370
1.2. Coerência normativa entre o Art. 861 do Código de Processo Civil e Art. 1.026 do Código Civil e hipóteses regulatórias dos efeitos do leilão de quotas.....	376
2. Dos efeitos do leilão de quotas de sociedade limitada. O ingresso de terceiro por meio cogente e a tutela processual dos interesses de terceiros.....	380
2.1. Hipóteses interpretativas para a aquisição da titularidade das quotas por meio de leilão.....	381

2.2. Meios processuais cabíveis para defesa dos interesses da sociedade, de seus sócios e credores	386
Conclusão	392
Referências Bibliográficas	393

XIII. A Insustentável Leveza da Sociedade Limitada e a Imortalidade das Sociedades em Comandita, 395

Gladston Mamede

XIV. Parecer. Exclusão de Acionista: Descabimento no Caso Concreto, 427

Henrique Barbosa

XV. Sobre o Direito das Sociedades Anônimas, 463

José Alexandre Tavares Guerreiro

Exposição, em síntese	463
Sugestões para eventual aprofundamento	469
Em conclusão	470

XVI. A Ação de Responsabilidade Civil contra a Sociedade Controladora, 471

José Edwaldo Tavares Borba

I. Introdução	471
II. O Poder de Controle	472
III. A Ação de Responsabilidade Civil do Controlador.....	474
IV. A Substituição Processual e o Direito Comparado	476
V. O Art. 246 e seus Parágrafos	479
VI. O Princípio da Igualdade.....	482
VII. Conclusão	484

XVII. As Transações com Partes Relacionadas no Direito Societário Brasileiro e a Lei de Melhoria do Ambiente de Negócios, 485

Luciana Dias

I. Introdução	485
II. Transações com partes relacionadas	487

III. Transações com partes relacionadas no contexto internacional.....	492
i. Os Princípios de Governança Corporativa da OCDE e G20.....	492
ii. Transações com partes relacionadas no direito comunitário europeu.....	495
iii. Transações com partes relacionadas nos Estados Unidos.....	503
iv. Transações com partes relacionadas no Chile.....	509
IV. Notas sobre o regime brasileiro frente aos seus pares internacionais.....	513

XVIII. Estruturas Piramidais de Sociedades Envolvendo Companhias Abertas: Algumas Considerações, 519

Luís André Azevedo

I. Participação acionária por intermédio de estrutura piramidal	519
II. Abordagem alternativa: teoria do “mercado de capitais interno”	523
III. Estruturas piramidais envolvendo companhias do Novo Mercado da Bolsa de Valores.....	527
IV. Crítica à disciplina legal dos grupos de sociedades no Brasil	529

XIX. A Legitimação Extraordinária Concorrente do Acionista para Propositura de Ação de Responsabilidade contra o Controlador: Modo de Lidar com a Superveniente Iniciativa da Companhia, 533

Marcelo Vieira von Adamek

1. Introdução	533
2. A disciplina da ação de responsabilidade civil contra controlador na lei acionária: instrumento de proteção à iniciativa da minoria.	534
3. A ação dos substitutos e a ulterior ação da companhia: legitimação extraordinária concorrente primária, ou originária.....	541
4. A deliberação assemblear pela propositura de nova ação pela companhia e a possível forma de implementá-la corretamente.....	546
5. Conclusão.....	548
6. Bibliografia.....	549

XX. Novos Apontamentos sobre a Apuração dos Haveres do Sócio Retirante de Sociedade Limitada, 553

Marcus Vinicius Alcântara Kalil

Introdução	553
1. A apuração dos haveres na jurisprudência e na doutrina	555

2. O património empresarial: natureza, características e avaliação	558
3. O valor devido ao sócio retirante pela liquidação de sua quota	566
4. O Recurso Especial nº 1.877.331	570
5. Algumas considerações sobre os fundamentos do acórdão.....	572
Conclusão.....	576
Referências	577

XXI. A Nova Lei Brasileira da Sociedade Anônima do Futebol – Breve Análise Comparativa com a Lei das Sociedades Desportivas Portuguesa, 579

Maria de Fátima Ribeiro

1. Aspectos gerais: o tipo, a firma, o objecto e o regime de responsabilidade de administradores da SAF	580
1.1. O tipo societário da SAF	580
1.2. A firma da SAF	582
1.3. O objecto da SAF	583
1.4. O regime de responsabilidade dos administradores da SAF	586
2. Modos de constituição da sociedade desportiva	588
3. A sociedade constituída pela personalização jurídica da equipa desportiva ou pela cisão do departamento de futebol: aspectos críticos ...	593
3.1. A (des)necessidade de manutenção de participação de valor igual ou superior a 10% do capital social da sociedade desportiva	594
3.2. O âmbito de protecção do clube fundador, v.g., quanto ao património imobiliário, às operações de reorganização empresarial, aos signos identificadores da equipa e aos bens e direitos de propriedade intelectual	598
a) O património imobiliário	599
b) As operações de reorganização empresarial	601
c) Os signos identificadores da equipa.....	601
d) Os bens e direitos de propriedade intelectual	604
4. A tutela dos credores do clube fundador quando a SAF é constituída pela via do artigo 3º da LSAF.....	605

XXII. As Múltiplas Faces do Dever de Diligência, 611

Mariana Pinto

1. Considerações iniciais.....	611
2. Noções acerca do dever de diligência	614
3. Movimentação e acomodação do núcleo do dever de diligência	619
4. Possíveis destinatários do dever de diligência.....	623
5. Conclusões.....	628
6. Referências.....	630

XXIII. O Direito Societário como Instrumento de Promoção do Desenvolvimento Econômico, 633

Marlon Tomazette

1. Introdução	633
2. As sociedades enquanto instrumentos essenciais para a economia contemporânea	634
2.1. A ideia geral de sociedade é uma ideia universal	635
2.2. As sociedades preponderantes na economia global: as corporações e seus elementos essenciais.....	639
3. Por que regular o fenômeno societário?	643
4. Objetivos do direito societário	647
4.1. Função instrumental: criação de uma estrutura para o desenvolvimento de atividades econômicas	647
4.2. Solução dos conflitos de agência	649
4.3. Redução dos custos de agência.....	652
5. O sucesso, o poder e as falhas das corporações.....	654
6. Conclusão	660
Referências	661

XXIV. A Responsabilização dos Sócios de Sociedades Comerciais Através de Negócios Cambiários. O Aval Geral em Letra ou Promissória com Valor em Branco, 665

Miguel Pestana de Vasconcelos

1. Introdução. A superação da personalidade jurídica da sociedades através do recurso a contratos e negócios cambiários.....	665
2. Objeto da exposição e percurso de análise	667

3. O regime geral do aval	668
4. O aval geral.....	671
4.1. A operação negocial complexa em que o negócio cambiário se integra	672
4.2. O contrato de crédito.....	673
4.3. O contrato de garantia	674
4.4. O negócio jurídico cambiário.....	677
4.5. O caso específico da cessão de quotas	679
4.5.1. O Acórdão de Uniformização de Jurisprudência de 11 de dezembro de 2012.....	681
5. O regime do aval na falência e insolvência do avalista	682

XXV. Enfim, o Voto Plural: Reflexões Iniciais sobre um Caminho a ser Percorrido, 685

Mirelle Bittencourt Lotufo

1. Introdução	685
2. O voto plural em outras economias.....	687
3. O voto plural no atual Direito brasileiro.....	691
4. Formas alternativas de poder de controle pelo minoritário	696
5. Comentários ao voto plural brasileiro: limitações da lei e outros pontos de reflexão	704
6. Conclusão	713
7. Referências.....	714

XXVI. Usurpação de Oportunidade Comercial pelo Acionista Controlador, 717

Nelson Eizirik

1. Introdução	717
2. O Conceito de Acionista Controlador na Lei das S.A.....	717
3. O Dever de Lealdade do Acionista Controlador e o Abuso do Poder de Controle	719
4. Proibição da Usurpação de Oportunidade Comercial.....	722
5. Conclusão	728

XXVII. Algumas Reflexões sobre as Quotas Preferenciais no Direito Brasileiro, 729

Oksandro Gonçalves

1. Introdução	729
2. A dualidade societária brasileira.....	729
3. O movimento pendular das quotas preferenciais no ordenamento jurídico brasileiro	732
4. As Instruções Normativas n. 38/2017 e n. 81/2020 do DREI	735
5. A competência regulamentar do DREI	738
6. A regência supletiva das sociedades simples e das sociedades anônimas....	742
7. Os projetos de lei em tramitação.....	745
8. Conclusões.....	747
9. Bibliografia	748

XXVIII. A Remuneração pelo Uso dos Haveres do Sócio Retirante no Curso da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade à Luz da Jurisprudência, 751

Otávio Vieira Barbi

XXIX. Notas sobre a Redução de Capital por Excesso, 761

Pablo Renteria

João Paulo Saueia Godoy

1. Introdução	761
2. Redução de capital por excesso: função e procedimento	763
2.1. A readequação do capital social à atividade empresarial planejada	763
2.2. Procedimento legal e regime de proteção dos acionistas e credores	766
3. Função da redução por excesso e autonomia privada	771
3.1. O juízo acerca do valor excessivo do capital social	771
3.2. Meio de restituição dos recursos sociais	774
3.3. Mensuração da restituição <i>in natura</i>	776
4. Controle da legitimidade da redução do capital por excesso	778
4.1. O controle à luz do interesse social.....	778
4.2. O controle da excessividade do capital social e dos bens objeto de restituição.....	783
5. Conclusão	786

XXX. Inês é Morta: A Irrevogabilidade do Exercício do Direito de Retirada, 789

Pedro A. L. Ramunno

1. Introdução	789
2. Caso hipotético: o exercício do direito de retirada voluntária imotivada por Inês	790
3. Direito de retirada voluntária imotivada	792
3.1. Considerações iniciais	792
3.2. Art. 1.029 do CC, direito de retirada e categorias jurídicas	793
3.3. Exercício do direito de retirada e (ir)revogabilidade.....	796
4. Considerações conclusivas	798
5. Referências Bibliográficas	799

XXXI. Critérios para a Apuração de Haveres: As Controvérsias a Respeito do Fluxo de Caixa Descontado, 801

Ricardo Villas Bôas Cueva

1. Considerações iniciais.....	801
2. A questão em debate.....	803
3. Mapeamento da controvérsia jurídica para fins de conhecimento do recurso especial	805
4. Inexistência de violação legal: as dificuldades da utilização do fluxo de caixa descontado como metodologia de apuração dos haveres	807

XXXII. Sobre os Tipos Societários e as Sociedades Anônimas, 821

Rodrigo Tellechea

Luis Felipe Spinelli

João Pedro Scalzilli

Introdução	821
1. Conceito e função dos tipos.....	823
1.1. Sistema brasileiro: aberto ou fechado.....	830
1.2. Regime e critérios de classificação	842
1.3. Flexibilidade <i>versus</i> atipicidade	853
2. Sociedades anônimas	865
2.1. Companhias abertas e fechadas.....	866
2.1.1. Conceito legal	866
2.1.2. Distinção tipológica	872

2.2. Traços fundamentais	883
2.3. Margem de atuação da autonomia privada.....	890
Considerações Finais.....	900

**XXXIII. Aspectos Atuais da Desconsideração da
Personalidade Jurídica: IDPJ, Lei da Liberdade Econômica,
Nova Lei de Licitações e Reforma da Lei de Recuperação de
Empresas e de Falências, 903**

Suzy Elizabeth Cavalcante Koury

1. Introdução	903
2. A trajetória da <i>disregard doctrine</i> no direito brasileiro: do art. 50 do código civil ao IDPJ	904
3. O tratamento da desconsideração pela lei da liberdade econômica (lei 13.874/2019)	911
4. A <i>disregard doctrine</i> na nova lei de licitações e contratos administrativos (lei n. 14.133/2021)	914
5. A reforma da lei de falências (lei 14.112, de 24.12.2020).....	917
6. Considerações finais.....	919
Bibliografia	920


Ana Frazão
Rodrigo R. Monteiro de Castro
Sérgio Campinho

Organização

DIREITO
EMPRESARIAL
E SUAS INTERFACES
VOLUME III

HOMENAGEM A
FÁBIO ULHOA COELHO

Alessandro Octaviani	Glauco Martins Guerra
Alexandre Pinheiro dos Santos	Guilherme Melchior da Silva Franco
Aline Menezes	Gustavo Machado Gonzalez
Amanda Blum Colloca	Gustavo Saad Diniz
Amanda Flávio de Oliveira	Ilene Patrícia de Noronha Najjarian
Ana Frazão	Jairo Saddi
Ana Maria Melo Netto Oliveira	João Laudo de Camargo
Andréa Araujo Alves de Souza	João Pedro Barroso do Nascimento
Armando Luiz Rovai	Lucas Cassoli Bretones
Augusto César Leite de Carvalho	Marcelo Barbosa
Bruno Balduccini	Marcelo Godke
Bruno Braz de Castro	Marcio Calil de Assumpção
Carlos Portugal Gouvêa	Marcos Barbosa Pinto
Carlos Ragazzo	Maria Eduarda Vianna
Catharina Fávero Miranda	Maria Eugênia Finkelstein
Daniel Duarte Alcântara	Maria Lorena Borille de Almeida
Daniel Kalansky	Maria Gabriela Damiani
Ecio Perin Junior	Mario Engler Pinto Junior
Eli Loria	Mauricio Negri Paschoal
Felipe Lückmann Fabro	Otávio Yazbek
Fernanda B. do Nascimento Silva Xará	Pedro Wohlcke Thiengo
Francisco J. Pinheiro Guimarães	Rodrigo R. Monteiro de Castro
Gilberto Bercovici	Rui Fernando Ramos Alves
Gilvandro V. Coelho de Araújo	Viviane Muller Prado

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, Primavera de 2022
editoraquartier@uol.com.br
 @editoraquartierlatin

**ANA FRAZÃO, RODRIGO R. MONTEIRO DE CASTRO &
SÉRGIO CAMPINHO**

Direito Empresarial e suas Interfaces – Homenagem a Fábio Ulhoa Coelho – Vol. III

São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ISBN 978-65-5575-169-7

1. Direito Societário. 2. Planejamento Sucessório. 3. Mercado Financeiro.
4. Mercado de Capitais. 5. Direito Econômico. 6. Direito Concorrencial. I. Título.

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Gasperazzo Guimarães Nakamura

Finalização

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Rafael Nicolau / Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Apresentação por Ana Frazão.....	23
Apresentação por Rodrigo R. Monteiro de Castro.....	29
Apresentação por Sérgio Campinho.....	31

PARTE VII DIREITO SOCIETÁRIO, 33

I. Opinião Legal, 35

Rodrigo R. Monteiro de Castro

Primeira Seção – Considerações Técnicas	34
Segunda Seção – Caso Concreto e Quesitos	38

II. Opinião Legal, 43

Rodrigo R. Monteiro de Castro

Primeira Seção Considerações Técnicas	42
Segunda Seção Caso Concreto e Quesitos	46

PARTE VIII PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO, 51

I. O Planejamento Sucessório como Instrumento de Preservação dos Ativos Famíliares e Redução de Conflitos, 53

Felipe Lückmann Fabro

Notas introdutórias.....	53
1. Sucessão e mecanismos de planejamento sucessório	55
2. Casuística das empresas familiares.....	58
3. Os pilares da governança corporativa.....	66
4. Acordo de sócios: a construção contratual do bem comum.....	68
5. Conclusões.....	73
Referências	75

II. Teoria da Identidade nas Sucessões Empresariais, 77

Gustavo Saad Diniz

Homenagem a Fábio Ulhoa Coelho.....	77
1. Pressupostos.....	78
2. Fundamentos das sucessões empresariais.....	81
3. Hipóteses legais e inibidores.....	86
3.1. Sucessão trabalhista.....	86
3.2. Sucessão tributária.....	88
3.3. Concentrações e desconcentrações societárias.....	90
3.4. Inibidores legais de sucessão.....	91
3.5. Confusão patrimonial.....	93
4. Sucessão contratual.....	95
5. Sucessão <i>propter rem</i>	96
6. Sucessão determinada por poder regulatório.....	96
7. Moldura de parâmetros de sucessão na jurisprudência.....	98
8. Conclusão.....	103
Bibliografia.....	104

PARTE IX

MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS, 107

I. Termo de Compromisso no Mercado de Capitais Brasileiro, 109

Alexandre Pinheiro dos Santos

Andréa Araujo Alves de Souza

Introdução.....	109
I. Origem do termo de compromisso.....	112
II. Natureza jurídica e evolução normativa.....	116
III. Requisitos e trâmite.....	120
IV. Diferença entre penalidade e contrapartida em termo de compromisso.....	125
V. Pedido de parcelamento e desistência de proposta.....	128
VI. As opções de julgamento ou termo de compromisso.....	131
VII. Conclusão.....	133

II. Funções e Paradoxos da Regulamentação das Bolsas de Valores, 135

Aline Menezes

I. Objeto do artigo	135
II. Conceito de bolsa de valores	139
III. Para que servem as bolsas de valores?	143
III.1. Organizadores de mercado	145
III.2. Regulação de emissores e formuladores de padrões de listagem	149
III.3. Autorreguladores de mercado	153
III.4. Distribuidores de informação	156
IV. Paradoxos da regulamentação das bolsas de valores	160
IV.1. Paradoxo da formulação de padrões de listagem: “race to the top” ou “race to the bottom”?.....	161
IV.2. Paradoxo da função de autorregulação: autonomia privada ou intervenção Estatal?	167
IV.3. Paradoxo da formação de preços: concentração ou fragmentação de liquidez?	170
IV.4. Paradoxo da transparência: muita ou pouca informação, para quem, e em que rapidez?	176
IV.5. Paradoxo da preservação dos interesses nacionais: erguer ou derrubar barreiras?	181
V. À guisa de conclusão	184

III. Financiamento a *Startups*: Os Fundos das Instruções CVM 578 e 588, 187

Armando Luiz Rovai

Maria Eugênia Finkelstein

1. Introdução	188
2. Características das Startups	188
2.1. Startups no Brasil	189
3. Campos de atuação das Startups.....	191
4. Formas de investimento nas Startups.....	193
4.1. <i>Crowdfundings: equity crowdfunding e financial crowdfunding</i>	195
4.2. Fundos de investimento das Startups.....	197
5. Marco Legal das Startups	200
6. Conclusão	201

IV. Legislação e Regulamentação dos Mercados Financeiro e de Pagamentos no Brasil: Comentários sobre a Evolução Regulatória e Iniciativas Recentes, 205

Bruno Balduccini

Lucas Cassoli Bretones

Daniel Duarte Alcântara

Maria Lorena Borille de Almeida

Catharina Fávoro Mirandola

Amanda Blum Colloca

I. Introdução: panorama do cenário legal e regulatório brasileiro	205
II. Fintechs de Crédito	207
(a) Sociedade de Crédito Direto (SCD)	207
(b) Sociedade de Empréstimo entre Pessoas	209
III. Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)	210
(a) Marco regulatório	210
(b) Instituições de Pagamento	211
(c) PIX e Sistema de Pagamentos Instantâneos	214
IV. <i>Open Banking</i>	216
V. <i>Sandbox</i> Regulatório	218
VI. Mercado de câmbio	220
(a) Projeto de Lei nº 5.387/19	220
(b) Regulamentação infralegal	221
VII. Criptoconomia	222
(a) Conceito e objetivo	222
(b) Criptoativos	223
(c) Regulação do Banco Central	223
(d) Real Digital	224
VIII. Síntese Conclusiva	225

V. Nova Regulamentação dos Fundos de Investimento: Possíveis Impactos sobre as Fintechs de Crédito, 227

Carlos Ragazzo

Maria Eduarda Vianna

Introdução	227
1. <i>Fintechs</i> de crédito: modelos de negócios e securitização	232
2. Principais alterações propostas à indústria de fundos	242

3. Principais alterações propostas à indústria de FIDCs e potenciais efeitos sobre o mercado de <i>fintechs</i> de crédito.....	251
Conclusão.....	259
Bibliografia.....	260

VI. A Aplicação da *Business Judgment Rule* aos Fundos de Investimento, 263

Eli Loria

Daniel Kalansky

1. Introdução	263
2. Breves linhas sobre <i>business judgment rule</i>	264
3. Responsabilidade dos gestores dos fundos de investimento – A possibilidade da aplicação da <i>business judgment rule</i> por interpretação analógica	269
4. Casos Global e Casos Fundos Exclusivos – Por que não foi aplicado o padrão de revisão da <i>business judgment rule</i> ?.....	271
5. A extensão da aplicação <i>business judgment rule</i> na proteção da análise do mérito – dever de diligência vs. dever de lealdade	276
6. Conclusão	278

VII. Limites e Diretrizes Aplicáveis ao Exercício do Direito de Voto em Assembleia de Debenturistas, 281

Francisco J. Pinheiro Guimarães

I. Considerações Iniciais	281
II. Limites e Diretrizes Aplicáveis ao Exercício do Direito de Voto de Debenturistas	284
(A) Abuso do Direito de Voto.....	285
(B) Proibição ao Exercício do Direito de Voto	286
(C) Conflito de Interesses.....	287
III. Consequências do Voto em Violação aos Limites e Diretrizes Aplicáveis.....	288

**VIII. Alguma Coisa está Fora da Ordem:
A Informação Relevante sem Impacto no Preço
(Comentários ao Artigo 2º, Inciso III,
da Resolução CVM nº 44/2021), 291**

Gustavo Machado Gonzalez

I. Introdução.....	291
II. A Resolução CVM nº 44/2021.....	293
II.1. Fundamento legal do dever de divulgar fato relevante e das proibições de uso e repasse de informação relevante.....	293
II.2. Dever de divulgar fato relevante.....	295
II.3. O dever de sigilo e a proibição de uso indevido de informação privilegiada	297
III. A informação relevante sem impacto no preço.....	298
III.1. A terceira função do conceito de informação relevante e a necessidade de um critério de relevância não relacionado ao impacto no preço	298
III.2. Colocando as coisas em seu devido lugar	302
IV. Conclusão	305

**IX. A Cripto Expectativa da Cripto
Realidade na Distribuição e Oferta
Pública de Ativos Tokenizados, 307**

Ilene Patrícia de Noronha Najjarian

1. Introdução	307
2. Novos indicadores e influências nas ofertas públicas de ativos digitais “tokenizados”.....	308
3. Criptoativos e a segurança jurídica. Expectativa e realidade.....	314
4. Conclusões.....	322
5. Referências Bibliográficas e sites visitados	323
Sites visitados	325

**X. Revisitando o Passado Não Tão Longínquo:
Direito Bancário e Correção Monetária, 327**

Jairo Saddi

XI. Cartilha de Fato Relevante – Um Guia para Companhias Abertas, 345

João Laudo de Camargo

1. O que é um ato ou fato relevante?.....	347
2. Forma e linguagem	349
3. E se o fato relevante não estiver concluído, como, por exemplo, um negócio ainda não formalizado?	350
4. Exceções ao dever de divulgar	352
4.1. E se a informação vazar?	352
4.2. Oscilação atípica	353
5. O que é a política de divulgação?	354
6. Qual o papel do diretor de relações com investidores (DRI) da companhia?.....	356
7. Comitê de divulgação	357
8. Recomendações às companhias abertas.....	357

XII. Operações de Venda a Descoberto e Ativismo Societário, 361

Marcelo Barbosa

Guilherme Melchior da Silva Franco

1. Introdução	361
2. Operações de venda a descoberto e seus efeitos no mercado de valores mobiliários.....	364
3. Operações de venda a descoberto e manipulação de preços	370
3.1. A manipulação de preços e os elementos do tipo administrativo	370
3.2. Distinção entre assunção de posições a descoberto legítimas e manipulação de preços.....	375
4. Estratégias regulatórias atuais e os desafios do ambiente virtual	379
5. Conclusão	384
Referências bibliográficas	385

XIII. A Sociedade Anônima Simplificada e o Marco Legal das *Startups*: Uma Análise de *Law & Economics*, 387

Marcelo Godke

1. Introdução	387
2. Aspectos teóricos	392
2.1. Estratégias regulatórias	398

2.1.1. Regras e padrões abertos: o bom e o ruim	400
2.1.2. O <i>design</i> das regras	404
3. As normas societárias para as empresas de menor porte	406
4. As origens da sociedade anônima simplificada no direito brasileiro....	407
5. Comparação entre o regime da sociedade anônima simplificada previsto no PL nº 4.303/2012 e o finalmente adotado por meio da LC 182.....	410
6. Análise econômica do regime da sociedade anônima simplificada conforme adotado por meio da LC 182	411
7. Conclusão	412
8. Bibliografia	413

XIV. A Responsabilidade Ilimitada dos Acionistas Controladores de Instituições Financeiras, 417

Marcio Calil de Assumpção

1. Introdução	417
2. Conceito de instituição financeira e estrutura do Sistema Financeiro Nacional.....	423
3. Conceito de acionista controlador.....	428
4. Arcabouço normativo sobre a responsabilidade de acionistas controladores de instituições financeiras	431
5. Liquidação Extrajudicial, Intervenção e Regime de Administração Especial Temporária – RAET	441
6. Conclusões.....	449

XV. Divulgação da Carteira de Fundos de Investimento: Análise e Sugestões de Aperfeiçoamento à Regulação Brasileira, 453

Marcos Barbosa Pinto

1. Introdução	453
2. Análise de Custos e Benefícios	454
3. A Regulação Brasileira.....	460
4. A Experiência Internacional	462
5. Sugestões de Aperfeiçoamento	467
6. Conclusão	469

**XVI. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC):
função econômica e estrutura jurídica, 471**

Mario Engler Pinto Junior

1. Considerações preliminares.....	471
2. Regime jurídico e estrutura básica	473
3. Composição do patrimônio do FIDC	477
4. Detalhamento da estruturação	481
5. Disseminação financeira	485
6. Securitização de créditos tributários	487
7. Considerações finais.....	493
Referências bibliográficas	494

**XVII. Planos de Outorga ou Concessão de Ações
Restritas de Companhias Abertas – Aspectos
Societários e Regulatórios, 495**

Mauricio Negri Paschoal

1. Introdução	495
2. Conceito	500
Aplicação do §3º do Artigo 168 da Lei das S.A.....	502
Requisitos para Instituição de Planos.....	504
3. Condições Gerais para Recebimento de Ações.....	505
4. Ausência de Contrapartida Financeira.....	507
5. Liquidação Mediante Transferência de Ações	510
6. Outros Aspectos Societários.....	513
6.1. Aprovações Societárias do Plano e dos Programas.....	513
6.2. Aprovação da Remuneração dos Administradores, para fins do Artigo 152 da Lei das S.A	514
6.3. Deveres Legais dos Administradores	517
Bibliografia.....	520

**XVIII. Os Regime de Abertura de Capital e de
Registro de Oferta Pública de Distribuição –
Reflexões sobre a Dinâmica dos Processos,
Litigiosidade e Janelas de Mercado, 523**

Otávio Yazbek

I. Introdução.....	523
II. O regime das companhias abertas e das ofertas públicas.....	525

As companhias abertas e o regime que se lhes aplica	525
Ofertas públicas: conceito e regime aplicável.....	528
Finalidades do processo de oferta pública: a tutela da informação.....	531
O momento adequado para a realização de uma oferta	533
O regime da prestação de informações ao mercado	537
III. Os efeitos de alterações nos documentos da oferta.....	541
IV. Algumas conclusões	546

XIX. Prescrição Intercorrente Pré-Processo Administrativo no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, 549

Ana Maria Melo Netto Oliveira

Rui Fernando Ramos Alves

1. Síntese	549
2. Conceitos de prescrição intercorrente e processo administrativo	552
3. Precedentes do CRSFN no sentido de afastar a possibilidade de prescrição intercorrente pré-processo administrativo e caminho para a mudança de entendimento	555
4. Reconhecimento pelo CRSFN da possibilidade de prescrição intercorrente pré-processo administrativo	560
5. Conclusão	569

XX. Enforcement no Mercado de Capitais Brasileiro: Desenho Institucional e Instrumentos Jurídicos, 571

Viviane Muller Prado

1. Introdução	571
2. Sistema punitivo	573
2.1. Instituições do sistema punitivo.....	573
2.2. Sistema Sancionador Administrativo na CVM	574
a) Processo Administrativo Sancionador – PAS	574
b) Termo de Compromisso – TC	575
c) Acordo Administrativo em Processo de Supervisão	576
2.3. Punições na esfera penal	576
2.4. Sanções na autorregulação	577
3. Reparação de danos	577
3.1. Ressarcimento no Poder Judiciário	578
a) Atuação Individual	578
b) Ação Civil Pública.....	578

c) Ação coletiva ajuizada por associação de investidores	579
d) Ressarcimento em Arbitragem	580
e) Ressarcimento pela BSM: Mecanismos de Ressarcimento de prejuízos – MRP.....	581
f) Ressarcimento na via administrativa: Termo de Compromisso e Termo de Ajustamento de Conduta – TAC.....	582
g) Ressarcimento pela esfera penal	583
h) Outras jurisdições com emissores com dupla listagem	583
3.2. Outras medidas.....	583
4. Apontamentos finais.....	583

XXI. Os Primeiros Passos em Direção à Regulação dos Criptoativos no Mercado de Capitais, 585

João Pedro Barroso do Nascimento

Maria Gabriela Damiani

Pedro Wohlcke Thiengo

1. Introdução	585
2. A Evolução do Paradigma Tecnológico	587
3. “ <i>A Lei do Cavalo</i> ”? O tratamento legal adequado da inovação	590
4. Liberdade para Inovações e Repreensão às Fraudes	592
5. Atuação da Comissão de Valores Mobiliários.....	594
6. Coerência com as Normas Vigentes: Pertinência ao Regime Jurídico dos Valores Mobiliários.....	597
7. Caracterização de Criptoativos como Contrato de Investimento Coletivo	598
8. A Nossa Conclusão e a Exaltação da Transparência	600

PARTE X

DIREITO ECONÔMICO E CONCORRENCIAL, 603

I. Para Trazer o Antitruste Brasileiro de Volta à Realidade, 605

Alessandro Octaviani

I. A disciplina da concorrência ante à ascensão da China	605
II. A Embraer e o ponto cego do direito concorrencial brasileiro	609

II. *Joint Venture* e Compartilhamento de Informações Sensíveis – Parecer, 615

Amanda Flávio de Oliveira

Bruno Braz de Castro

A consulta.....	615
I. contextualizando o caso concreto no ordenamento jurídico brasileiro: a constituição de 1988 e a intervenção do Estado na economia.....	618
II. O caso descrito e sua abordagem pelo Direito concorrencial	621
2.1. O problema da troca de informações	622
2.2. A neutralização da pressão concorrencial em torno de determinada variável concorrencialmente relevante (ou variável estratégica da concorrência).....	653
III. conclusões articuladas.....	653
Resposta aos quesitos.....	657

III. O Papel das Análises Econômicas na Difícil Tarefa de Conciliar Valores e Consequências na Interpretação e na Aplicação do Direito, 659

Ana Frazão

1. Considerações iniciais	659
2. Refletindo sobre o que é ciência e sobre o caráter retórico do direito e da economia.....	662
3. Superando o mito da segurança e da acurácia das análises econômicas	671
4. Superando o mito da objetividade das análises econômicas: as restrições e insuficiências do conhecimento quantificado ou metrificado	680
5. Superando o mito da neutralidade das análises econômicas: a economia como saber que é influenciado por valores, ideologias e relações de poder	687
6. Um pequeno “estudo de caso”: as análises de custo-benefício	694
7. Considerações finais.....	700
8. Referências bibliográficas.....	703

IV. Liberdade Econômica em Tempo de Crise Sanitária e Econômica: Um Desafio à Igualdade e à Liberdade Substanciais, 707

Augusto César Leite de Carvalho

1. O conteúdo moral da liberdade.....	707
2. A inexorabilidade da liberdade positiva em contexto de desigualdade substancial	710
3. A liberdade positiva como liberdade substantiva.....	717
4. A liberdade substantiva depende da igualdade de oportunidades e de resultado	718
5. À guisa de conclusão.....	723
Referências bibliográficas	726

V. Finanças Verdes: Oportunidade Perdida ou um Caminho para a Recuperação da Economia Brasileira?, 729

Carlos Portugal Gouvêa

1. Mercados de Créditos de Carbono	730
1.1. O Desenvolvimento do Mercado Internacional de Créditos de Carbono.....	730
1.2. O Funcionamento dos Mercados Regulados e Voluntários de Créditos de Carbono	736
2. <i>Green Bonds</i> e o Surgimento dos Instrumentos Financeiros Sustentáveis	742
3. <i>Sustainability-linked bonds</i> (SLBs) e os Novos Instrumentos Financeiros Sustentáveis.....	748
4. Conclusão.....	749
Bibliografia	750

VI. O Empreendedorismo em Face das Turbulências Econômicas Atuais. É Preciso Fígado para Lidar com a Crise Pós-Pandemia, 753

Ecio Perin Junior

**VII. O Micro e o Pequeno Empresário em um
Contexto de Sobrevivência à Crise do Covid-19 e as
Medidas Oficiais para o Enfrentamento da Pandemia, 761**

Fernanda Beatriz do Nascimento Silva Xará

1. Introdução	761
2. O importante papel das micro e pequenas empresas no desenvolvimento econômico e social do país	764
3. A crise pandêmica do covid-19 e o impacto nas micro e pequenas empresas.....	768
4. As medidas oficiais trabalhistas adotadas pelo poder público para evitar o desemprego e o fechamento das micro e pequenas empresas: medidas provisórias 927 e 936, ambas do ano de 2020.....	772
5. Conclusão	775
Referências	776

**VIII. O Dever Constitucional de Tratamento
Diferenciado às Micro e Pequenas Empresas, 779**

Gilberto Bercovici

**IX. *Groupthink*: A Colegialidade no CADE nas
Restrições dos Atos de Concentração, 791**

Gilvandro V. Coelho de Araújo

1. Introdução	791
2. A colegialidade e as restrições no CADE	794
3. A formação da maioria frente aos atos consumados.....	796
3.1 A ampla discricionariedade que gera nulidade	796
3.2. Balizamento prévio que mitiga conflitos.....	797
4. Exigências para uma maioria em análise prévia	800
4.1. A definição de balizas de conteúdo	801
4.2. A relevância do incentivo regimental	803
4.3 A necessidade do reforço interpretativo majoritário	805
5. Considerações finais.....	810
Referências	812

**X. Classe Média, essa Fênix Brasileira:
Quando Nasce, como Vive, 813**

Glauco Martins Guerra

O Rei da Belíndia (uma fábula para tecnocratas).....	813
Referências	828
Fontes	

Ana Frazão
Rodrigo R. Monteiro de Castro
Sérgio Campinho

Organização

DIREITO
EMPRESARIAL
E SUAS INTERFACES
VOLUME IV

HOMENAGEM A
FÁBIO ULHOA COELHO

Adriana Valéria Pugliesi	Hamid Bdine
Alberto Camiña Moreira	Ives Gandra da Silva Martins
Alexandre Ferreira de Assumpção Alves	José Eduardo Martins Cardozo
Ana Luiza Nery	José Francisco Manssur
Anderson Schreiber	João Pedro Martinez Pinheiro
André Estevez	Leonardo Parentoni
Anna Binotto	Luis Felipe Salomão
Arnoldo Wald	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Bruno Meyerhof Salama	Marcus Elidius Michelli de Almeida
Cassio Scarpinella Bueno	Marina Amaral Egydio de Carvalho
Clovis da Gama Malcher Filho	Modesto Carvalhosa
Cláudio Finkelstein	Mônica Drumond
César Augusto Martins Carnaúba	Natália Tavares Lima Giannasi
Daltro de Campos Borges Filho	Osny da Silva Filho
Daniel Carnio Costa	Pedro Guilhardi
Érico Andrade	Rafael Henrique Janela Tamai Rocha
Felipe Ronco	Ronaldo Vasconcelos
Fernando Kuyven	Ruy Pereira Camilo Junior
Flávio Luiz Yarshell	Tatiana Dratovsky Sister
Francisco Paulo De Crescenzo Marino	Tercio Sampaio Ferraz Junior
Guilherme Setoguti J. Pereira	Vinicius Marques de Carvalho
Gustavo Tavares Borba	Wanderley Fernandes

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, Primavera de 2022
editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

**ANA FRAZÃO, RODRIGO R. MONTEIRO DE CASTRO &
SÉRGIO CAMPINHO**

Direito Empresarial e suas Interfaces Homenagem a Fábio Ulhoa Coelho – Vol. IV

São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ISBN 978-65-5575-170-3

1. Direito Econômico. 2. Direito Concorrencial. 3. Contratos. 4. Arbitragem.
5. Processo Empresarial. 6. Insolvência. 7. Reestruturação de Empresas. I. Título.

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Gasperazzo Guimarães Nakamura

Finalização

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Rafael Nicolau / Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Apresentação por Ana Frazão.....	21
Apresentação por Rodrigo R. Monteiro de Castro.....	27
Apresentação por Sérgio Campinho.....	29

PARTE X

DIREITO ECONÔMICO E CONCORRENCIAL, 31

I. Breve Introdução aos Fundamentos da Política Econômico-Tributária, 33

Ives Gandra da Silva Martins

II. Futebol Brasileiro: De Patrimônio Cultural a Segmento Econômico. A saga do “País do Futebol” pela busca do desenvolvimento e da volta ao protagonismo mundial – Do clube-associação à Sociedade Anônima do Futebol – SAF, 45

José Francisco Manssur

I. Introdução – O futebol enquanto fenômeno de mobilização universal. A crise do “País do Futebol”.....	45
II. O modelo associativo como elemento fundamental da crise do futebol brasileiro.....	51
III. Evolução legislativa do tema	58
IV. A Lei 14.193/2021 – Lei da Sociedade Anônima do Futebol – SAF como vetor da mudança do modelo de gestão e governança do futebol brasileiro.....	59
4.1. Por que a SAF?	60
4.2. Conceito e finalidades da SAF.....	63
4.3. Governança da SAF.....	64
4.4. O tratamento das dívidas das entidades constituintes da SAF.....	65
4.5. O Regime de Tributação Específica do Futebol (“TEF”) da SAF.....	66
4.6. Contrapartida social da SAF – Programa de Desenvolvimento Educacional e Social (“PDE”).....	68
V. Conclusões	69

III. Concorrência: Disputa de Clientela por ex-Colaborador da Empresa, 73

Marcus Elídus Michelli de Almeida

1. A livre-iniciativa	73
2. A livre-iniciativa na Constituição Federal.....	74
3. Livre-iniciativa e a concorrência	76
4. Concorrência desleal.....	77
5. Inexistência de atos de concorrência desleal no simples fato de constituição de pessoa jurídica com mesmo objeto social	79
6. Da utilização de informações e do conhecimento de negócio	82
7. Do desvio de clientela	85
Conclusões	85
Bibliografia	87

IV. Atuação da Autoridade de Defesa da Concorrência em Procedimentos de Defesa Comercial, 89

Marina Amaral Egydio de Carvalho

1. Introdução	89
2. Relação entre Direito do Comércio Internacional e Direito da Concorrência	91
3. Defesa Comercial e Interesse público	99
4. Experiência Brasileira sobre Defesa Comercial e Defesa da Concorrência	105
5. Inter-relação entre autoridades de Defesa Comercial e Defesa da Concorrência no Brasil	115
6. Considerações finais.....	122
7. Referências.....	127

V. O Ordoliberalismo da Escola de Freiburg: A Ordem Competitiva do Mercado e o Estado de Direito, 131

Ruy Pereira Camilo Junior

1. Ordoliberalismo: Uma Questão Alemã e Europeia	131
1.1. As Escolas de Freiburg e de Colônia	131
1.2. A importância do Ordoliberalismo.....	136
2. Convergências e Divergências.....	138
2.1. Influências sobre o Ordoliberalismo	138

2.2. Contraposições	140
2.2.1. A Escola Histórica Alemã	140
2.2.2. Nazismo	143
2.2.3. Economia Neoclássica e Marginalismo	144
2.2.4. Escola Austríaca.....	144
3. Vetores do Ordoliberalismo	145
3.1. O mercado como Ordem e a Sociedade de Direito Privado	145
3.2. Economia Competitiva e Estado Forte.....	147
3.3. Mercado e Estado de Direito.....	148
4. Conclusão	149
4.1. Críticas ao Ordoliberalismo	149
4.2. Ética e Mercado.....	149
Bibliografia	150

VI. Implicações do Direito da Concorrência para a Interpretação dos Contratos Empresariais, 151

Vinicius Marques de Carvalho

Anna Binotto

1. Introdução	151
2. A interface entre direito dos contratos empresariais e direito da concorrência.....	152
3. Formação dos contratos e pré-contratos	155
4. A interpretação contratual e a distribuição de riscos e resultados.....	158
5. Revisão e extinção dos contratos.....	162
6. Considerações Finais	168
7. Referências bibliográficas.....	170

PARTE XI CONTRATOS, 171

I. A Chamada Responsabilidade Contratual de Terceiro, 173

Anderson Schreiber

1. Uma palavra sobre o homenageado.....	173
2. A chamada responsabilidade contratual de terceiro	174
3. O artigo 608 do Código Civil e os pressupostos da responsabilidade civil do terceiro cúmplice.....	176

4. O problema dos contratos por prazo indeterminado.....	181
5. Consequências da configuração de responsabilidade civil do terceiro cúmplice	184
6. À guisa de conclusão.....	186

II. Análise Econômica do Direito e Responsabilidade Contratual: cláusula de limitação de responsabilidade; dolo e culpa grave; mora; inadimplemento absoluto e relativo; nulidade parcial; redução do negócio jurídico; princípio da conservação do negócio jurídico; *blue pencil rule* e reconstrução normativa; atribuição cumulativa e desagregada, 189

Bruno Meyerhof Salama

Osny da Silva Filho

Introdução e Consulta	189
1. Economia da responsabilidade contratual.....	191
1.1. Responsabilidade contratual e o problema do oportunismo.....	191
1.2. Restrições às limitações autônomas de responsabilidade.....	193
2. Disciplina jurídica das cláusulas de limitação de responsabilidade.....	195
2.1. Validade em abstrato e hipóteses de restrição.....	196
2.2. Nulidade em relação à obrigação principal.....	199
2.3. Responsabilidade em obrigações de resultado	202
2.4. Nulidade em casos de dolo e culpa grave	203
2.5. Critérios para verificação da gravidade.....	205
3. Mora, inadimplemento e suas consequências.....	207
3.1. Mora e inadimplemento: caracterização e disciplina.....	208
3.2. Pena moratória e prejuízos do inadimplemento	210
4. Síntese e aplicação	213
4.1. Qualificação e conjugação das cláusulas 14 e 24	213
4.2. Nulidade parcial e redução do negócio jurídico.....	214
Respostas aos quesitos	216

III. A Cláusula Geral de Responsabilidade por Vícios de Solidez e Segurança do Art. 618 do Código Civil, 219

Francisco Paulo De Crescenzo Marino

I. Introdução	219
II. A vocação expansiva do art. 618 do Código Civil.....	220

III. O sentido da expressão “construção considerável”.....	223
IV. Vícios de solidez e de segurança.....	226
V. O art. 618 como fonte de garantia legal e norma de ordem pública.....	229
VI. Os meios de tutela contra vícios de solidez e segurança e os prazos para o seu exercício. Prazo decadencial de 180 dias e prazo prescricional decenal.....	233
VII. Conclusões.....	237

IV. Garantia à Primeira Demanda: A Defesa do Garantidor, 239

Hamid Bdine

I. Introdução.....	239
II. Características.....	239
III. Natureza jurídica e as hipóteses excepcionais de admissibilidade de recusa ao pagamento pelo garantidor.....	240
IV. A solicitação do pagamento.....	246
V. Frustração do fim da garantia à primeira demanda e abuso de direito.....	247
VI. Conclusões.....	251

V. São os Contratos Empresariais Contratos Especiais?, 253

Marcia Carla Pereira Ribeiro

1. Introdução.....	253
2. Contratos empresariais e estabilização das relações negociais.....	254
3. Caracterização do contrato <i>turnkey</i> e custos.....	258
4. Alocação de riscos e modelos internacionais.....	261
5. Natureza dos signatários e extensão das obrigações.....	263
6. Dever de se informar.....	266
7. Considerações conclusivas.....	269

VI. Parecer – Inaplicabilidade da Teoria da Aparência em Contrato de Garantia Assinado por Diretor Técnico, 277

Modesto Carvalhosa

Fernando Kuyven

Felipe Ronco

VII. Garantias Genéricas ou *Omnibus* no Direito Brasileiro, 297

Pedro Guilhardi

Introdução	297
1. Noção, origem e disciplina	299
2. O regime de invalidade por indeterminabilidade do objeto no direito brasileiro.....	303
3. O problema das garantias genéricas ou <i>omnibus</i> à luz da determinabilidade do seu objeto	310
3.1. A quantificação do montante garantido ao tempo da conclusão do negócio não constitui exigência legal brasileira no âmbito da fiança.....	313
3.2. O problema da quantificação do montante garantido nos contratos em que a lei do negócio típico exige referência ao valor garantido: hipóteses de garantias reais típicas	316
3.3. A referência à espécie de negócio jurídico futuro	319
3.4. Validade da pactuação por prazo indeterminado.....	320
3.5. Validade das garantias <i>omnibus</i> (artigo 104, inciso II, do Código Civil): controle da legalidade suscetível de se operar no plano da eficácia, à luz do contexto e da boa-fé objetiva	321
Conclusão.....	324

VIII. A Tríade Balizadora dos Contratos de Franquia: Aprendizado, Colaboração e Transparência, 329

Tatiana Dratovsky Sister

1. Nota introdutória.....	329
2. Franquia.....	329
2.1. Conceito	329
2.2. Natureza jurídica híbrida	330
3. Balizadores.....	332
3.1. Aprendizado e Colaboração.....	332
3.2. Transparência	336
4. Conclusão	338

IX. Cláusula de Exclusividade em Relações Contratuais Empresariais, 339

Tercio Sampaio Ferraz Junior

X. Resolução e Resilição: Um Questão Ainda não Resolvida, 347*Wanderley Fernandes*

I. Introdução	347
II. Extinção dos contratos.....	348
III. Extinção decorrente de causas superveniente: resolução e resilição	352
IV. A sistemática do código civil de 2002	355
V. Contrato com prazo determinado e sua resilição.....	360
VI. Adimplemento substancial	364
VII. Abuso de direito.....	367
VIII. A resilição e o dano indenizável.....	368
IX. Remédios: resilição ou resolução?	373
X. Considerações finais.....	375

PARTE XII**ARBITRAGEM E PROCESSO EMPRESARIAL, 377****I. Cláusula Escalonada e Mediação Prévia: mera disposição contratual que não torna obrigatória a sua instauração, 379***Ana Luiza Nery*

1. Breves palavras ao Homenageado.....	379
2. Introdução	379
3. A Convenção de arbitragem	380
4. Cláusula compromissória.....	384
4.1. Cláusula compromissória escalonada	386
5. Mediação prévia como mera disposição contratual	388
6. Conclusão	394
7. Bibliografia	394

II. A Arbitragem e o Direito Comercial, 397*Arnoldo Wald*

1. Introdução	397
2. O Desenvolvimento da Arbitragem.....	399
3. As peculiaridades e metas da arbitragem	402
4. O Direito Comercial Vigente	404
5. A eficiência e a Justiça.....	408
6. Conclusões.....	411

III. O Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica para Além da Desconsideração: Uma Homenagem ao Professor Fabio Ulhoa Coelho, 413

Cassio Scarpinella Bueno

1. Introdução	413
2. Finalidade do incidente.....	415
3. Hipóteses de cabimento.....	416
3.1. A chamada desconsideração expansiva.....	417
3.2. Para além de hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica.....	420
4. Tutela provisória	423
5. Considerações finais.....	426
Referências bibliográficas	427

IV. Arbitragem Societária, 431

Cláudio Finkelstein

I. Introdução.....	431
II. As partes vinculadas pela cláusula compromissória inserida no estatuto social da companhia	433
III. Confidencialidade dos procedimentos arbitrais societários.....	438
IV. Conexão de procedimentos arbitrais societários.....	450
V. Bibliografia	463

V. O Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, 467

Érico Andrade

Leonardo Parentoni

1. Introdução	467
2. Noções Fundamentais sobre a Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica	468
3. Previsão no CPC/2015	478
3.1. Instauração do incidente.....	479
3.2. Desconsideração <i>versus</i> Fraude à Execução.....	483
3.3. Âmbito de defesa no incidente	485
4. Conclusão	487
Referências	488

VI. Controle Jurisdicional da Representatividade Adequada de Minoritários em Demandas de Indenização por Atos de Administradores e de Controladores, 491

Flávio Luiz Yarshell

VII. Arbitragem Societária em Companhias Abertas: peculiaridades e proposta de modelagem, 505

Gustavo Tavares Borba

I. Introdução	505
II. Algumas Questões Relacionadas ao Processo Societário (arbitral e judicial)	507
III. Da Importância da Previsibilidade das Decisões para um Mercado de Capitais Sadio e Eficiente.....	510
IV. A Importância dos Precedentes para fins de Segurança Jurídica.....	512
V. Da Força do Precedente no Processo Arbitral.....	514
VI. Da Possibilidade de Órgão Recursal em Procedimento Arbitral Societário.....	515
VII. Da Possibilidade Jurídica de Recurso em Procedimento Arbitral.....	518
VIII. Alguns Eventuais Problemas Colaterais	520
IX. Conclusão	522

VIII. O Estado de Direito e a Admissibilidade dos Recursos Especiais e Extraordinários (Súmula nº 7 do STJ/Súmula nº 283 do STF), 525

José Eduardo Martins Cardozo

1. Aspectos introdutórios	525
2. O papel do STF e do STJ no nosso sistema de prestação jurisdicional.....	529
3. A Súmula nº 7 do STJ	541
4. A Súmula nº 283 do STF	549
5. Conclusão	562

IX. A Paralisação da Execução por Título Executivo com Cláusula Arbitral, Quando a Objeção do Devedor Tratar de Questões Materiais do Título Executivo, 565

Luis Felipe Salomão

Mônica Drummond

1. A Arbitragem como método alternativo de resolução de disputas	565
--	-----

2. A natureza jurisdicional limitada da arbitragem	568
3. A impugnação da execução estatal de título executivo extrajudicial com cláusula arbitral.....	570
4. A paralisação da execução e a decisão arbitral quanto à alegada objeção do devedor referente à existência e validade do título executivo	572
Referências Bibliográficas.....	575

X. Arbitragem, Empresas em Crise e a Reforma da Lei de Recuperação Judicial e Falências, 577

Guilherme Setoguti J. Pereira

Natália Tavares Lima Giannasi

1. Introdução	577
2. Efeitos da insolvência sobre a convenção de arbitragem	579
3. Arbitrabilidade de demandas relativas ao cumprimento do plano de recuperação judicial.....	582
4. Papel do administrador judicial.....	586
5. Confidencialidade da arbitragem e a publicidade do processo de insolvência	589
6. Custos da arbitragem	592
7. Conclusão	595
8. Bibliografia	596

PARTE XIII

INSOLVÊNCIA E REESTRUTURAÇÃO DE EMPRESAS, 599

I. Negócio Jurídico Celebrado no Período de Concordata da Devedora a Benefício dos Credores. Validade Plena e Impossibilidade de Ação Revocatória, 601

Adriana Valéria Pugliesi

1. A consulta.....	601
2. Algumas considerações iniciais: fixação da matéria central posta à análise.....	606
3. As questões de Direito tratadas nos Recursos Especial e Extraordinário.....	619

3.1. A necessária dilação probatória, sem o que não é possível dirimir certos aspectos determinantes para a correta solução do caso concreto	619
3.2. A correta leitura do direito falimentar brasileiro, pautado no interesse dos credores e na preservação da empresa	622
4. A bússola do direito concursal brasileiro e sua aplicação, mesmo na vigência do DL n. 7661/45: a situação concreta e a aplicação do direito falimentar	626
5. Considerações finais.....	631
6. Respostas aos quesitos.....	632

II. Generalidades sobre a Consolidação Processual e a Consolidação Substancial, 639

Alberto Camiña Moreira

III. O Processo das Quebras no Código Comercial: Exame Analítico dos Institutos da Moratória, Concordata e Contrato de União, 681

Alexandre Ferreira de Assumpção Alves

1. Introdução	681
2. Visão geral do sistema do código comercial quanto aos pressupostos para a decretação da falência.....	683
3. A moratória	687
3.1. A moratória na reforma falimentar implementada pelo Decreto nº 917/1890	694
4. A concordata suspensiva da falência.....	696
5. O contrato de união.....	709
5.1. A atuação dos administradores na liquidação.....	713
5.2. O contrato de união nas reformas falimentares de 1890 e 1902.....	716
6. Conclusão	720
Referências	721

IV. Recuperação Judicial de Produtor Rural: Efeitos das Alterações Promovidas pela Lei 14.112/2020, 723

André Estevez

1. Introdução	723
2. Legitimação, preservação de valor e atividade empresária.....	724

3. Contexto da reforma	729
4. Controvérsias anteriores à reforma.....	730
5. Alterações nos requisitos para a propositura do pedido de recuperação judicial por produtor rural.....	734
6. Fixação de limite de valor da causa para a recuperação judicial especial de produtor rural pessoa física	737
7. Alterações em relação a créditos não sujeitos à recuperação judicial de produtor rural.....	740
7.1. Créditos não decorrentes da atividade rural	740
7.2. Créditos não discriminados nos documentos mencionados no art. 48 ...	743
7.3. Créditos oriundos de recursos controlados.....	744
7.4. Créditos decorrentes da aquisição de propriedades rurais	746
7.5. Cédula de Produto Rural (CPR)	747
7.6. Créditos de produtor rural na recuperação judicial especial, recuperação extrajudicial e falência	749
8. Considerações finais.....	750
9. Bibliografia	750

V. Pressupostos Subjetivos e Legitimidade da Parte na Reforma da Lei nº 11.101/2005 (Lei nº 14.112/2020), 753

César Augusto Martins Carnaúba

Ronaldo Vasconcelos

1. Introdução	753
2. Delimitação do problema: pressupostos subjetivos e legitimidade ativa	755
2.1. O caso do produtor rural individual.....	757
2.2. As empresas aéreas.....	759
3. A lei nº 14.112/2020 e a reforma da Lei de Recuperação de Empresas e de Falências	761
3.1. Sociedades de economia mista	764
3.2 Associações civis	768
4. Outras soluções <i>de lege lata</i> e <i>de lege ferenda</i> e sua possível insuficiência.....	771
4.1. Recuperação judicial de pessoas físicas e a Lei do Superendividamento.....	771
4.2. A Sociedade Anônima de Futebol	773
4.3. Cooperativas de crédito e instituições financeiras	774
5. Considerações finais.....	775
6. Referências.....	777

VI. A Convolção da Recuperação Judicial em Falência-Possibilidades e Efeitos, 781

Clovis da Gama Malcher Filho

Consulta	781
Dos fatos	781
Parecer	783
i. A Função Social da Empresa, a Recuperação Judicial e a Falência	784
ii. A Recuperação Judicial e os seus Procedimentos	792
iii. A Convolção da Recuperação Judicial em Falência e os seus Efeitos	794
a) O termo legal da falência	798
b) A extensão dos efeitos da falência em relação aos sócios das limitadas e seus bens.....	800
iv. A Impossibilidade de Desistência ou de Convolção da RJ em Falência de Devedor que já teve o seu PRJ Homologado e a Decretação da sua Recuperação Judicial.....	808
v. Da Resposta aos Quesitos	811

VII. O Plano Alternativo dos Credores e a Oposição do Devedor, 815

Daltro de Campos Borges Filho

João Pedro Martinez Pinheiro

VIII. Insolvência Transnacional e Comunicação Direta entre Juízos: Breves Comentários à Resolução CNJ nº 394/2021, 837

Daniel Carnio Costa

Rafael Henrique Janela Tamai Rocha

1. Introdução	837
2. Cooperação e Comunicação Direta entre Juízos	840
3. Resolução CNJ nº 394/2021 Breves Comentários.....	841
4. Referência Bibliográfica	850

Ana Frazão
Rodrigo R. Monteiro de Castro
Sérgio Campinho


Organização

DIREITO
EMPRESARIAL
E SUAS INTERFACES
VOLUME V

HOMENAGEM A

FÁBIO ULHOA COELHO

Alberto Zacharias Toron	Manoel Justino Bezerra Filho
Ana Amélia Mascarenhas Camargos	Marcelo Andrade Féres
Cláudio Brandão	Marcelo Barbosa Sacramone
Daniel Sarmento	Marcelo Papaleo de Souza
Desdêmona T. B. Toledo Arruda	Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Eduardo Molan Gaban	Maristela S. A. Rossetti
Estêvão Mallet	Márcio Souza Guimarães
Fernando Antonio Maia da Cunha	Octavio Weicker Valverde Gutierrez
Gabriel de Orleans e Bragança	Paula A. Forgioni
Henry Sztutman	Paulo F. Campos Salles de Toledo
Jorge Lobo	Paulo Penalva Santos
José Gabriel Assis de Almeida	Paulo Roberto Grava Brazil
Juan Luis Goldenberg Serrano	Pedro Freitas Teixeira
Juliana Oliveira Domingues	Roberto Lincoln de S. Gomes Jr.
Luiz Edson Fachin	Sérgio Campinho
Luiz Fernando Valente de Paiva	Sheilla Christina Neder Cerezetti
Manoel de Queiroz Pereira Calças	Sérgio Mourão Corrêa Lima
	Yone Frediani

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, Primavera de 2022
editoraquartier@uol.com.br
 @editoraquartierlatin

**ANA FRAZÃO, RODRIGO R. MONTEIRO DE CASTRO &
SÉRGIO CAMPINHO**

Direito Empresarial e suas Interfaces – Homenagem a Fábio Ulhoa Coelho Vol. V

São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ISBN 978-65-5575-171-0

1. Insolvência. 2. Reestruturação de Empresas. 3. Direito do Trabalho.
4. Fábio Ulhoa Coelho. 5. Direito. I. Título.

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Gasperazzo Guimarães Nakamura

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Rafael Nicolau / Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508


Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Apresentação por Ana Frazão.....	23
Apresentação por Rodrigo R. Monteiro de Castro.....	29
Apresentação por Sérgio Campinho.....	31

PARTE XIII

INSOLVÊNCIA E REESTRUTURAÇÃO DE EMPRESAS, 33

I. Recuperação Judicial e Certidão Negativa de Débito Tributário, 35

Paulo Roberto Grava Brazil

1. Introdução	35
2. A reforma da Lei n. 14.112/2020	45
3. Questão transitória	50
4. Consequências	52
5. Reconhecimento de ofício.....	55
6. Conclusão	56
Referências	58

II. Breves Considerações sobre a Falência como Instrumento Eficiente ao Credor, 59

Fernando Antonio Maia da Cunha

Octavio Weicker Valverde Gutierrez

1. A evolução da legislação falimentar: um longo percurso entre o Decreto-Lei 7.661/45 até a Lei 14.112/2020.....	59
A transição do Decreto-Lei 7.661/45 para a Lei 11.101/05.....	61
2. As principais alterações introduzidas pela Lei 14.112/2020 na tentativa de tornar a falência mais eficaz.....	65
2.1. A importância da celeridade na venda do ativo.....	67
2.2. a inovação quanto ao valor de venda do ativo arrecadado	69
2.3. A enfática reafirmação da não responsabilidade dos adquirentes	70
2.4 as alterações nas consequências da falência para o falido	72
3. Conclusão	74
4. Bibliografia	75

III. A obrigatória participação do Ministério Público em todas as fases do processo de recuperação judicial de empresas, 77

Jorge Lobo

I. Ministério Público, órgão do Estado, guardião da ordem jurídica e do interesse público e social	77
II. O veto ao art. 4º da LFRE	79
A. O artigo 4º da LFRE	79
B. A doutrina: opiniões contrárias à participação do MP na recuperação judicial de empresas com base no veto presidencial.....	80
C. A jurisprudência do STJ contrária à participação do MP na recuperação judicial de empresas com base no veto presidencial.....	81
D. A doutrina após a revisão da LFRE contrária à participação do MP na recuperação judicial de empresas com base no veto presidencial	82
III. O Ministério Público à luz da CF, da LOMP e do CPC.....	83
IV. Releitura das “razões do veto”	83
A. Considerações preliminares.....	83
B. O veto presidencial não se adéqua do disposto no art. 66, § 1º, da CF	85
C. As “razões do veto”	86
a) O veto trata exclusivamente da falência	86
b) O MP poderá requerer a sua intimação para os demais atos do processo de recuperação judicial de empresas	87
c) A atuação do MP ocorrerá passo a passo ao andamento do feito.....	87
d) Os arts. 82 e 83 do CPC/73 são idênticos, no essencial, aos arts. 178 e 179 do CPC/15	89
V. O interesse público e social no processo de recuperação de empresas...90	
VI. Conclusão.....	95

IV. Alguns Efeitos da Recuperação Judicial no Contrato de Seguro, 97

José Gabriel Assis de Almeida

1. Introdução	97
2. Considerações preliminares sobre a recuperação judicial e sua influência sobre os créditos do devedor.....	98
3. A seguradora face aos credores na recuperação judicial.....	101
3.1. Os créditos concursais concorrentes.....	101

3.1.1. Os créditos comprendidos nos limites das franquias	102
3.1.2. A possibilidade dos credores do devedor em recuperação judicial exigirem, diretamente da seguradora, a indenização por danos decorrentes dos sinistros.....	103
3.1.3. A possibilidade de a seguradora pagar diretamente o dano ao credor do segurado em recuperação judicial.....	108
3.2. Os créditos concursais não concorrentes	114
3.3. Os créditos extraconcursais	116
4. A seguradora face ao segurado devedor em recuperação judicial.....	119
4.1. A posição da seguradora face à novação dos créditos, em virtude do plano de recuperação judicial.....	120
4.2. A exposição da seguradora com relação aos sinistros não notificados pela seguradora	123
4.3. A exposição da seguradora com relação aos sinistros notificados pela seguradora, mas ainda não liquidados pela seguradora	126
5. À guisa de conclusão.....	127

V. Una “subordinación por sospecha” o sobre el tratamiento de los créditos de las personas relacionadas en el contexto concursal aplicable a la empresa deudora, 129

Juan Luis Goldenberg Serrano

I. Introducción.....	129
II. Particularidades de la subordinación del crédito de las personas relacionadas al deudor en la ley chilena	133
2.1. La calificación de las personas relacionadas	133
2.2. Visión crítica del concepto de “persona relacionada” para los fines de la posposición de créditos	136
2.3. Fundamento de la subordinación legal de los créditos de las “personas relacionadas al deudor” en la Ley concursal	139
3. Requisitos de aplicación de la regla degradatoria de los créditos de las “personas relacionadas al deudor” en la Ley Concursal	143
3.1. La formulación de la regla en el contexto del procedimiento concursal de reorganización.....	143
3.1.1. La posposición propiamente legal del crédito de las “personas relacionadas del deudor” en el procedimiento concursal de reorganización.....	143

3.1.2. La posposición acordada del crédito de las “personas relacionadas del deudor” en el acuerdo de reorganización.....	147
3.2. La formulación de la regla en el contexto del procedimiento concursal de liquidación.....	151
Bibliografía	153

VI. O Tardio Sepultamento da Extensão da Falência e de Seus Efeitos aos Sócios com Responsabilidade Limitada, 155

Luiz Fernando Valente de Paiva

1. Introdução	155
2. Do tratamento da extensão da falência pelas últimas legislações falimentares	156
2.1. A extensão da falência a sócios ilimitadamente responsáveis	156
2.2. A desconsideração da personalidade jurídica e a extensão da falência a sócios com responsabilidade limitada.....	157
2.2.1. A (dura) realidade durante a vigência do Decreto-lei 7.661/1945.....	157
2.2.2 A expectativa com a mudança trazida pela Lei 11.101/2005 e as hipóteses de responsabilização do sócio por responsabilidade limitada em casos da falência.....	160
2.2.3 A ineficácia de atos e a revogação dos atos fraudulentos.....	164
2.2.4 Desconsideração da personalidade jurídica.....	165
3. Da expressa vedação da Lei 14.112/2020 à extensão dos efeitos da falência e isenção de responsabilidade do sócio.....	167
Referências	169

VII. Mediação e Recuperação Judicial: Confidencialidade e Publicidade, 171

Manoel de Queiroz Pereira Calças

1. Introdução	171
2. Da adoção da mediação na recuperação judicial.....	174
3. Conclusão	183
Referências bibliográficas	184

VIII. Inexistência de “Perpetuidade” para Pedido de Desconsideração da Personalidade Jurídica – Forma de Contagem do Prazo Prescricional e Decadencial, 187

Manoel Justino Bezerra Filho

I. Introdução	187
II. O art. 129 da LREF	187
III. O art. 130 da LREF	189
IV. A desconsideração da personalidade jurídica	190
V. Exame do REsp 1.180.191-Rj, quanto à afirmação de “perpetuidade”	192
VI. Exame do RESP 1.180.191-RJ, quanto aos demais pontos examinados	196
VII. Da incidência do art. 179 do CCivil.....	199
VIII. Da prescrição e da decadência	201
IX. Da analogia entre a prescrição do crime falimentar e a decadência da ação revocatória	203
X. Da obrigatória contagem do prazo decadencial e da impossibilidade de ajuizamento do pedido de desconsideração	206
XI. À guisa de conclusão.....	206
Bibliografia	208

IX. Extinção das Obrigações do Falido após a Lei n. 14.112/2020: O Maléfico *Fresh Start* À Brasileira, 211

Marcelo Andrade Fêres

1. Introdução	211
2. Responsabilidade patrimonial, inabilitação e extinção das obrigações do falido	213
2.1. Nótula à <i>discharge</i> e ao conseqüente <i>fresh start</i> no direito estadunidense	218
3. Extinção das obrigações do falido: do conteúdo original da Lei n. 11.101/2005 ao novo, determinado pela Lei n. 14.112/2020.....	223
3.1. Revogação dos incisos III e IV do art. 158 da Lei n. 11.101/2005	227
3.2. Decurso do prazo de três anos, contados da decretação da falência (inciso V).....	228
3.3. Sentença de encerramento da falência (inciso VI)	234
3.4. Sentença de encerramento da falência frustrada (ainda inciso VI)...	235
3.5. Limites da extinção das obrigações do falido	237

4. Algumas considerações finais	238
5. Referências.....	240

X. Repensando a Desconsideração da Personalidade Jurídica do Devedor em Recuperação Judicial ou Falido em Razão de Crédito Trabalhista, 243

Marcelo Papaleo de Souza

1. Introdução	243
2. Reavaliando a desconsideração da personalidade jurídica do devedor em recuperação ou falido em razão de crédito trabalhista	244
3. Considerações finais.....	253
4. Referências bibliográficas.....	255

XI. Legitimidade Extraordinária e Impugnação de Crédito, 257

Marcelo Barbosa Sacramone

Gabriel de Orleans e Bragança

Introdução	257
I. Natureza da impugnação judicial.....	258
II. Legitimidade extraordinária.....	260
III. Litispendência e coisa julgada	262
IV. Ação rescisória ou de reanulação do quadro geral de credores	266
Conclusão	267
Bibliografia	268

XII. A Submissão das Sociedades de Propósito Específico com Patrimônio de Afetação à Recuperação Judicial. Parecer, 269

Márcio Souza Guimarães

I. Agentes econômicos submetidos ao Direito das Empresas em Dificuldade	271
A. Apenas o empresário está submetido à insolvência empresarial	272
B. A Sociedade de Propósito Específico com patrimônio de afetação é uma sociedade empresária.....	276
II. Afastar a Sociedade de Propósito Específico (com patrimônio de afetação) da Recuperação Judicial é violar a lei federal	278

A. A opção pelo patrimônio de afetação.....	278
B. Reestruturar uma Sociedade de Propósito Específico (com patrimônio de afetação) é perfeitamente possível.....	283
Quesitos	291

XIII. Classificação de créditos cedidos no âmbito da recuperação judicial. Parecer, 297

Paula A. Forgioni

Parecer	300
I. Um caso paradigmático, em um momento peculiar.....	300
II. A odisseia das assembleias de credores em meio à pandemia.....	301
III. As decisões sobre os direitos do Fundo Z. A situação atual, a poucos dias da homologação de aditamento ao plano de recuperação.....	303
IV. A necessária reclassificação dos créditos do Fundo Z.....	305
IV.1. A razão de ser das classes de credores	305
IV.2. As classes “personalíssimas” do art. 41 da Lei nº 11.101.....	311
IV.3. O § 4º do art. 83 da Lei nº 11.101 não autoriza a concessão de privilégio da Classe IV a entes que não microempresas ou empresas de pequeno porte.....	316
IV.4. O argumento do mercado secundário para os créditos das microempresas e empresas de pequeno porte. <i>De lege ferenda</i>	318
V. Os efeitos operados pelo novo plano de recuperação judicial sobre os créditos do Fundo Z.....	320
V.1. A base principiológica da Lei nº 11.101 e o aditamento de planos de recuperação judicial.....	320
V.2. O caso concreto. Risco de desrespeito aos princípios da preservação da empresa e da <i>par conditio creditorum</i>	325
VI. Conclusão e resposta aos quesitos.....	330
Parecer complementar	333
VII. A situação fática e as conclusões alcançadas no primeiro Parecer sobre a classificação dos créditos detidos pelo Fundo Z.....	333
VIII. A Lei nº 14.112 e a introdução do § 5º no art. 83 da Lei nº 11.101....	335
IX. A proibição da aplicação retroativa do § 5º do art. 83 da Lei nº 11.101, por força da Lei nº 14.112.....	336
X. A nova Lei não pode prejudicar o ato jurídico perfeito e o direito adquirido.....	338

XI. A lei nova não pode ser presumida inútil.....	340
XII. Conclusão	341

XIV. A Impossibilidade da Extensão dos Efeitos da Falência aos Sócios Limitadamente Responsáveis: Reflexões Acerca da Desconsideração da Personalidade Jurídica e da Responsabilidade dos Sócios no Direito Concursal. Parecer, 343

Paulo Fernando Campos Salles de Toledo

I. A consulta	343
II. O parecer	347
2.1. Extensão dos efeitos da falência a sócios de responsabilidade ilimitada (artigo 81, LRE)	347
2.2. Ação de responsabilidade dos sócios, controladores e administradores da sociedade falida (artigo 82, LRE)	353
2.3. Desconsideração da personalidade jurídica na falência (artigo 82-A, LRE).....	356
2.4. Efeitos perante execuções individuais em tramitação contra coobrigados.....	362
III. Resposta aos quesitos	369

XV. Autonomia Patrimonial, Desconsideração da Personalidade Jurídica e Responsabilidade dos Sócios e Administradores na Falência de Sociedade em que há Limitação da Responsabilidade, 373

Paulo Penalva Santos

1. Introdução	373
2. Limitação da responsabilidade do sócio, acionista ou titular da empresa.....	376
2.1. Sociedade anônima	376
2.1.1. Responsabilidade do administrador	377
2.1.1.1. Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	380
2.1.2. Ação movida pelo terceiro contra o administrador.....	380
2.1.3. Responsabilidade do acionista controlador	382
2.1.4. Grupos de sociedades.....	384
2.2. Sociedade limitada	385
2.2.1. Responsabilidade do Administrador	386

3. Desconsideração de personalidade jurídica – exceção à regra da autonomia patrimonial.....	387
3.1. Requisitos para aplicação do instituto.....	388
3.2. Orientação da jurisprudência	391
3.3. Síntese.....	397
3.4. Prazo prescricional para a desconsideração da personalidade jurídica.....	397
4. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	402
5. Extensão dos efeitos da falência.....	405
5.1. Descabimento da extensão da falência aos sócios de responsabilidade limitada, à sociedade do mesmo grupo e aos administradores	407
5.2. Explicitando a impossibilidade de extensão da falência aos sócios de responsabilidade limitada, aos membros do conselho de administração e ao controlador	409
6. Conclusões.....	413

XVI. O Estímulo ao Financiamento das Empresas em Crise a Partir da Reforma da Lei 11.101/05, 415

Pedro Freitas Teixeira

Introdução	415
1. A importância do crédito para o exercício da atividade empresária.....	419
1.1. O Crédito como pressuposto da Empresa.....	419
1.2. A importância do crédito para o desenvolvimento empresarial.....	422
1.3 A importância do crédito para as empresas em crise.....	426
2. Os principais obstáculos ao financiamento até a Reforma da Lei 11.101/05 – Casos Concretos.....	429
3. A Reforma da Lei e a tentativa de criar estímulos ao financiamento das empresas em crise	449
Conclusão.....	456
Referências	457

XVII. Recuperação Extrajudicial: Da Possibilidade de Alienação de Ativos sem Sucessão de Dívidas, 461

Roberto Lincoln de S. Gomes Jr.

1. Introdução	461
2. A lei nº 11.101/2005 e a não sucessão de dívidas na venda de ativos em processos de recuperação judicial e de falência.....	467

3. A reforma empreendida pela lei nº 14.112/2020 e o instituto da recuperação extrajudicial.....	470
4. A venda de ativos prevista em plano de recuperação extrajudicial realizada sob uma das modalidades previstas no art. 142. Há sucessão de dívidas ao adquirente?.....	474
5. Conclusão	484
6. Referências.....	486

XVIII. O Direito de Preferência do Locatário Diante da Falência do Locador e o Princípio da Venda (não) Rompe a Locação na Falência do Locador, 489

Sérgio Campinho

I. Contextualização	489
II. O contrato de locação na falência	490
III. A falência e o direito de preferência do locatário.....	492
IV. A falência e o princípio da “venda (não) rompe a locação”	494
V. Conclusões	507

XIX. A Desconsideração da Personalidade Jurídica no processo falimentar, conforme orientação jurisprudencial do STJ e dispositivos da Lei 14.112/2020, 511

Sérgio Mourão Corrêa Lima

Singelas palavras ao Prof. Dr. Fábio Ulhoa Coelho	511
I. Breve contextualização	511
II. As várias faces da falência	513
II.1. Ativos e passivos (massa falida objetiva e subjetiva)	513
II.2. Aspectos processual e material (concurso formal e obrigacional)	515
II.3. Interdisciplinariedade.....	517
III. Desconsideração da personalidade jurídica.....	519
III.1. Execução forçada de crédito	519
III.2. Hipóteses que ensejam a desconsideração da personalidade jurídica ...	522
III.3. Consequências processuais e materiais da desconsideração da personalidade jurídica	524
III.4. Cabimento de tutela de urgência (liminar) na desconsideração da personalidade jurídica	530
III.5. Desconsideração da personalidade jurídica em grupos empresariais....	532

IV. Jurisprudência pacífica do STJ sobre a desconsideração da personalidade jurídica – extensão dos efeitos da quebra – na execução concursal falimentar.....	534
V. O art. 82-A introduzido pela Lei 14.112/2020	543
VI. Considerações acerca do art. 82-A introduzido pela Lei 14.112/2020 ...	544
VI.1. Extensão dos efeitos da quebra é sinônimo de desconsideração da personalidade jurídica no âmbito processo de execução forçada concursal (falência)	544
VI.2. Análise sistêmica do <i>caput</i> do art. 82-A	545
VI.3. Análise sistêmica do parágrafo único do art. 82-A	547
VII. Conclusões	549
Bibliografia	553

XX. A Alienação Fiduciária em Garantia de Bens Consumíveis: Contornos e Limites à Ausência de Sujeição de Créditos à Recuperação Judicial, 555

Sheila C. Neder Cerezetti

1. Alienação fiduciária de bens consumíveis: a imprescindível compatibilização entre propriedade fiduciária e bens que podem ser objeto do negócio	556
2. A não sujeição dos créditos garantidos por propriedade fiduciária à recuperação judicial: fundamento e funcionamento da exceção ao regime concursal.....	565
3. Conclusão	574

PARTE XIV

DIREITO DO TRABALHO, 577

I. Sobreviver e se reinventar: eis os dilemas do sindicalismo brasileiro pós-reforma trabalhista, 579

Ana Amélia Mascarenhas Camargos

Sindicalismo no mundo.....	583
Reforma trabalhista	584
Atuação positiva dos sindicatos	587
Financiamento sindical.....	589
Análise jurídica.....	593

Unicidade sindical	595
Experiências internacionais	596
Balço da reforma.....	598
Conclusão	599
Referências	601

II. A Proteção ao Mercado de Trabalho da Mulher e o Direito à Escala de Revezamento Quinzenal Previsto no Artigo 386 da CLT: O Debate sobre a Especificidade da Norma Aplicável à Comerciaría sob a Ótica de Hermenêutica Constitucional, a Partir do Princípio da Vedação do Retrocesso Social, e Julgamento com Perspectiva de Gênero, 603

Cláudio Brandão

1. Introdução	603
2. A questão jurídica em torno da norma definidora do direito à maior coincidência do repouso com os domingos para a mulher trabalhadora no comércio	605
3. O Princípio da Vedação do Retrocesso Social como base para a interpretação das alterações normativas que implicarem supressão de direitos consagrados em normas anteriores	615
4. Julgamento com base em dados de realidade e a questão pertinente à prevalência da especificidade da condição de mulher em detrimento da especificidade da atividade econômica do comércio	624
5. Julgamento com perspectiva de gênero: protocolo fixado pelo Conselho Nacional de Justiça para as questões jurídicas relacionadas à mulher	634
6. Conclusão	637
Referências	637

III. Os prêmios ajustados no Direito do Trabalho, 641

Estêvão Mallet

1. Conceito legal de prêmio	641
2. Espécies de prêmio	643
3. Natureza não recorrente do prêmio.....	645
4. O prêmio no art. 457, §§ 2º e 4º, da CLT	646
5. Prêmio ajustado	647
6. O conceito de liberalidade	650

7. Liberalidade e interpretação sistemática do art. 457, § 4º, da CLT	655
8. Interpretação teleológica do § 4º do art. 457 da CLT	659
9. O paradoxo da oneração do prêmio em caso de ajuste expreso.....	665
10. Conclusão	669

IV. O Princípio da Autonomia Negocial Coletiva e a Jurisprudência do STF e do TST, 671

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

1. Introdução – democracia e negociação coletiva: o princípio da igualdade como pilar da constituição de 1988	671
2. O prestígio da negociação coletiva na Constituição da República de 1988.....	673
3. A valorização da negociação coletiva pela reforma trabalhista e o desenvolvimento da jurisprudência do TST	673
4. O Supremo Tribunal Federal e a negociação coletiva: a guarda constitucional do negociado sobre o legislado e suas repercussões no TST	682
5. Os limites da negociação coletiva para transacionar direitos: análise detalhada do tema 152 – re 590.415	687
6. Percursos da ultratividade dos instrumentos coletivos: das mudanças legislativas e jurisprudenciais até o entendimento do STF e a reforma trabalhista	691
7. Conclusão	693

V. Desconsideração da Personalidade Jurídica no Processo do Trabalho, 695

Yone Frediani

1. Noções gerais	695
2. Responsabilidade civil e seus desdobramentos	697
3. Responsabilidade trabalhista e seus desdobramentos	698
4. Responsabilidade dos sócios e ex-sócios	699
5. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	701
6. Conclusões.....	704
Referências	705
Sites consultados.....	705

PARTE XV

FÁBIO ULHOA E OUTROS TEMAS, 707

I. Juiz de Garantias: Quando a Marca Prejudica o Produto, 709

Alberto Zacharias Toron

Duas palavras sobre o Fábio	709
Juiz de Garantias: sua essência.....	710
Experiência virgem?.....	710
O nome da coisa.....	714
Limites de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	714
A imparcialidade do juiz como dever do estado e o defeito do atual sistema processual	714
1. A imparcialidade do juiz como dever do estado	714
2. O defeito do atual sistema do processo penal.....	715
Inexiste inconstitucionalidade de qualquer espécie	716
Tribunais e isonomia	721
Duração razoável do processo.....	721
Inexistência de violação ao princípio do Juiz Natural (CF, art. 5º, LIII).....	722
Impacto financeiro (CF, art. 169, §1º e 113 das Disposições Constitucionais Transitórias).....	722
Para finalizar.....	724

II. Liberdade de Expressão, Sofrimento Animal, Censura e Responsabilidade Civil, 725

Daniel Sarmento

1. A Consulta.....	725
2. Liberdade de expressão, direito à informação e responsabilidade civil	729
2.1. Regime constitucional da liberdade de expressão	729
2.2. Liberdade de expressão e campanhas de boicote. A legitimidade dos boicotes ambientais e em defesa dos animais	737
2.3. A proteção constitucional ao direito à informação, inclusive nas relações de consumo	741
2.4. Liberdades comunicativas e responsabilidade civil.....	743

3. A importância do debate relativo ao sofrimento animal. Vedação constitucional. O caso das granjas industriais que se utilizam do sistema de confinamento de galinhas em gaiolas	748
3.1. A rejeição à crueldade contra os animais: ética e Constituição.....	749
3.2. A crueldade do sistema de criação de galinhas poedeiras em gaiolas e o movimento social para combatê-la.....	754
4. Resposta aos quesitos	761

III. Fábio Ulhoa Coelho: Erudito, com simplicidade, 765

Henry Sztutman

IV. Do Manual de Direito Comercial à Biografia não Autorizada do Direito: Reflexões sobre as relações jurídico-econômicas, 769

Juliana Oliveira Domingues

Eduardo Molan Gaban

1. Introdução lírica e jurídica	769
2. Fundamentos constitucionais.....	776
2.1. Poder econômico: infrações à ordem econômica e à concorrência desleal.....	781
3. Poder econômico e a biografia do direito: muito além do direito comercial	783
4. Considerações finais.....	789
Referências bibliográficas	793

V. Fábio Ulhoa Coelho: Uma Experiência Muito Além das Leis, 795

Maristela S. A. Rossetti

VI. Ensino jurídico, crise e Direito: notas a partir de uma biografia não autorizada, 807

Luiz Edson Fachin

Desdêmona T. B. Toledo Arruda

Introdução: biografias e o julgamento da ADI 4815	807
A biografia não autorizada do Direito	811
A permanente crise do ensino jurídico	818
Notas conclusivas.....	827